



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

MAGLLIANE ARAGÃO SANTOS

**SERVIÇO SOCIAL E A VIABILIZAÇÃO DO DIREITO À CONVIVÊNCIA
FAMILIAR E COMUNITÁRIA: desafios e perspectivas nos Abrigos Institucionais do
município de Aracaju/ SE.**

**SÃO CRISTÓVÃO – SE
2016/1**

MAGLLIANE ARAGÃO SANTOS

**SERVIÇO SOCIAL E A VIABILIZAÇÃO DO DIREITO À CONVIVÊNCIA
FAMILIAR E COMUNITÁRIA: desafios e perspectivas nos Abrigos Institucionais do
município de Aracaju/ SE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Sergipe como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.a. Dr.a Vera Núbia Santos

.

SÃO CRISTÓVÃO – SE
2016/1

MAGLLIANE ARAGÃO SANTOS

**SERVIÇO SOCIAL E A VIABILIZAÇÃO DO DIREITO À CONVIVÊNCIA
FAMILIAR E COMUNITÁRIA: desafios e perspectivas nos Abrigos Institucionais
do município de Aracaju/ SE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof.a. Dr.a Vera Núbia Santos
Orientadora

Prof.a Ma. Clara Angélica de Almeida Santos Bezerra (UNIT)
1º Examinadora

Prof.a Dr.a Rosangela Marques dos Santos (UFS)
2º Examinadora

SÃO CRISTÓVÃO – SE
2016/1

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe por ser meu porto seguro e sempre ter me dado todo o apoio necessário para que eu conseguisse conquistar meus objetivos. Mamis, você é o meu grande amor!

À minha irmã Hérica por ter me ajudado nos momentos mais difíceis e nunca ter me deixado desistir.

Aos meus sobrinhos Enrico, Thiago e Vitória por me fazerem sorrir nos momentos de cansaço.

Aos meus amigos Augusto, Danillo, Débora, Victhor e Priscila por me darem coragem para enfrentar todos os obstáculos. Como diz a música do Tom Jobim “fundamental é mesmo o amor, é impossível ser feliz sozinho”.

À minha orientadora Vera Núbia por ser essa pessoa maravilhosa que vê potencial em todos os seus alunos. Obrigada por tudo!

À minha supervisora de estágio Aline por toda paciência em me ensinar a prática profissional e ter feito me apaixonar por essa linha de pesquisa que é a criança e o adolescente em instituições de acolhimento.

Por fim, a todas as pessoas que me ajudaram a concluir esse trabalho. Muito Obrigada!

Maglliane Aragão Santos.

RESUMO

A história dos abrigos para crianças e adolescentes é antiga, se mostrando presente desde o período colonial. A primeira forma de institucionalização no Brasil foi a Roda de Expostos de 1726, direcionado a crianças abandonadas. Esse modelo de institucionalização recebeu diversas críticas por ocasionar um alto índice de mortalidade infantil. A primeira legislação voltada aos direitos da criança e do adolescente foi o Código de Menores (1927), que foi reformulado em 1979. A problemática da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social era resolvida, nesse período histórico, com a internação desses segmentos. As mudanças em relação aos direitos desses indivíduos se deram a partir da promulgação da Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que garantiram o direito à convivência familiar. O presente trabalho tem por objetivo apresentar os desafios e perspectivas profissionais do Serviço Social para assegurar a viabilização do direito à convivência familiar e comunitária nos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes do município de Aracaju/SE. Na metodologia foi utilizada a pesquisa exploratória a fim de esclarecer e modificar conceitos e ideias e também o tipo bibliográfico no intuito de dar respaldo teórico. Os procedimentos técnicos foram bibliográficos e a aplicação de entrevistas com roteiro estruturado com um assistente social de cada Instituição. Atualmente os internatos foram substituídos pela medida de acolhimento institucional (Abrigo Institucional ou Casa Lar) de caráter provisório e excepcional, que visa reintegração familiar. Contudo, apesar desses avanços, a realidade demonstra que a cultura de institucionalização ainda se mantém presente.

Palavras-chave: Convivência familiar e comunitária, Acolhimento Institucional, Serviço Social, Abrigo Institucional para crianças e adolescentes, Desafios e perspectivas profissionais.

ABSTRACT

The history of shelters for children and adolescents is old, if present since the colonial period. The first form of institutionalization in Brazil was the Wheel of Exposed of 1726, directed to abandoned children. This model of institutionalization was diverse due to its high infant mortality rate. The first legislation aimed at the rights of children and adolescents was the Children's Code (1927), which was reformulated in 1979. The problem of children and adolescents in situations of social vulnerability was solved, in this historical period, with the hospitalization of these segments. The changes regarding the rights of these individuals occurred after the promulgation of the Federal Constitution (1988) and the Statute of the Child and Adolescent (1990), which guaranteed the right to family life. This paper aims to present the challenges and professional perspectives of Social Work to ensure the viability of the right to family and community coexistence in Institutional Shelters for children and adolescents of the municipality of Aracaju / SE. In the Methodology the exploratory research was used in order to clarify and modify concepts and ideas and also the bibliographic type in order to give theoretical support. The technical procedures were bibliographic and the application of structured interviews with a social worker from each institution. Currently, the boarding schools have been replaced by the institutional reception measure (Institutional Shelter or House Home) of a provisional and exceptional character, which aims at family reintegration. However, despite these advances, reality shows that the culture of institutionalization is still present.

Palavras-chave: Family and community life, Institutional Reception, Social Service, Institutional shelter for children and adolescents, Challenges and perspectives.

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Sexo.....	52
Gráfico 2: Idade.....	52
Gráfico 3: Formação profissional.....	52.
Gráfico 4: Tempo de atuação como profissional do Serviço Social.....	53
Gráfico 5: Nível de formação profissional.....	53
Gráfico 6: Orientação religiosa.....	53
Gráfico 7: Passou por capacitação ao ser inserido no serviço.....	53
Gráfico 8: Renda pessoal.....	54
Gráfico 09: Renda Familiar.....	54
Gráfico 10: Vínculo Trabalhista.....	54

LISTA DE SIGLAS

CF/ 88 – Constituição Federativa do Brasil de 1988

CMDCA- Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS- Centro de Referência da Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializado da Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FUNABEM Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IPEA Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

PNCFC- Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NOB-RH-SUAS Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS;

REDE SAC Rede de Serviços de Ação Continuada

SAC Serviço de Atendimento a Criança

SAM Serviço de Assistência aos Menores

SEMFAS- Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. POLÍTICAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO BRASIL: uma abordagem histórica.....	15
1.1- Políticas de proteção para crianças e adolescentes no Brasil: do período colonial ao ECA.....	15
1.2. A construção de um novo olhar sobre os direitos da criança e adolescente.....	23
1.3. Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes: novos caminhos para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária.....	27
1.3.1.Como deve ser aplicada a medida de acolhimento institucional?.....	31
1.3.2.Abrigo Institucional para crianças e adolescentes	39
2. SERVIÇO SOCIAL E A VIABILIZAÇÃO DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....	41
2.1- O Serviço Social nas Instituições de Acolhimento para crianças e adolescentes.....	41
2.4. Atribuições do Serviço Social em serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: na perspectiva do documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”.....	46
2.2- O lugar e os sujeitos da pesquisa.....	48
2.3.1. Perfil dos profissionais das Instituições de Acolhimento para crianças e adolescente do município de Aracaju.....	52
2.5- Desafios profissionais para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária nos Abrigos municipais de Aracaju.....	55
2.6. Perspectiva do Serviço Social frente aos desafios a garantia do direito a convivência familiar e comunitária.....	62
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
4. REFERÊNCIAS.....	68
5. APÊNDICE.....	70
Apêndice A. Termo de livre e esclarecido consentimento.....	70

Apêndice B. Roteiro da entrevista com os assistentes sociais.....	71
Apêndice C. Categorização dos dados.....	74

INTRODUÇÃO

A história dos abrigos para crianças e adolescentes é antiga, se mostrando presente na sociedade brasileira desde o período colonial. O passado dessas instituições é marcado por uma cultura institucionalista, em que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social eram enclausuradas maciçamente em grandes orfanatos, internatos, entre outras instituições, a depender da época.

A primeira forma de institucionalização no Brasil foi o Sistema de Roda de Exposto em 1726, direcionado a crianças abandonadas. Esse modelo de institucionalização foi importado da Europa e implantado no país pela Santa Casa de Misericórdia, entretanto, recebeu diversas críticas, em decorrência do alto índice de mortalidade infantil nessas instituições gerados pela criação coletiva de crianças em um período anterior a descoberta da Pasteur e da microbiologia. (RIZZNI, 2004). Essa situação exigiu um posicionamento do Estado, que em 1927 criou o Código de Menores, direcionado aos “menores” de ambos os sexos, em situação de abandono e “delinquência”. Esse decreto extinguiu formalmente as Rodas de Expostos.

Em 1941 foi criado o Serviço Nacional de Assistência a Menores (SAM), primeiro órgão de assistência a crianças e adolescentes em caráter nacional. Esse sistema também recebeu diversas críticas que o intitulavam de: escola de crimes e fabrica de delinquentes. No período militar, o SAM foi substituído pela Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) que tinha por finalidade a valorização da família. Contudo, não se houve grandes mudanças, em razão da centralidade da FUNABEM e da prioridade da internação nos casos dos menores. (FALEIROS, 2009)

O Código de Menores foi reformulado em 1979, porém, continuou-se com o caráter discriminatório, tratando as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social como “menores em situação irregular”. Outra característica presente era que esses segmentos da sociedade não eram considerados sujeitos de direitos donos de sua história e sim meros objetos. Nesse período histórico, a problemática da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social era resolvida com institucionalização.

Os movimentos sociais do fim dos anos de 1970 que lutavam pelos direitos das crianças e dos adolescentes evidenciaram o sistema perverso e ineficaz, além do

processo de confinamento que esses indivíduos eram sujeitos nas instituições. Esse movimento surge com uma nova visão, considerando as crianças e os adolescentes sujeitos de sua história. (SILVA, 2004)

Como resultado da luta dos movimentos sociais promulgou-se a Constituição Federal de 1988 (CF/88), que garantiu às crianças e aos adolescentes o direito a convivência familiar e comunitária:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à **convivência familiar e comunitária**, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p.95) (grifo nosso)

Após a promulgação da Carta Magna criou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/ 1990), uma legislação que ratificou os direitos já garantidos pela CF/88, entre eles, o direito à convivência familiar e comunitária, e também trouxe em sua redação, o reconhecimento de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos em pleno desenvolvimento humano.

É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a **convivência familiar e comunitária**, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (BRASIL, 1990, p.05) (grifo nosso)

Esses dois marcos legais impulsionaram a construção de uma nova política de proteção à criança e ao adolescente. Entretanto, apesar desses avanços, a realidade vivenciada ainda demonstra alguns desafios que impedem a concretização do direito à convivência familiar e comunitária.

Para compreender os desafios e perspectivas do Serviço Social na viabilização do direito à convivência familiar e comunitária nos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes o referente trabalho se dará da seguinte forma: a) traço histórico das políticas de proteção da criança e do adolescente: do período colonial até a atualidade; b) análise do Serviço Social nas instituições de Abrigos infanto- juvenil; c) os desafios profissionais e perspectivas profissionais postos ao Serviço Social nas instituições de acolhimento institucional.

Foram traçadas as seguintes hipóteses referentes aos desafios: a) a falta de articulação da rede socioassistencial gera diversos desafios no cotidiano de trabalho, b) os profissionais dos Conselhos Tutelares e da rede socioassistencial não possuem capacitação adequada para atender os usuários, c) a separação de irmãos no processo de acolhimento ainda é uma realidade vivida por crianças e adolescentes, além da, d) demora na decisão dos processos judiciais geram longos períodos de institucionalização. Já a respeito das perspectivas: a) os profissionais do Serviço Social garantem o direito à convivência familiar e comunitária através de medidas profissionais para a preservação da provisoriedade do acolhimento institucional e b) esforços profissionais para que os acolhidos sejam reintegrados de forma segura na sua família de origem ou substituta (em casos excepcionais).

A pesquisa do referente trabalho foi realizada nos três Abrigos institucionais de crianças e adolescentes do município de Aracaju, com três assistentes sociais, que no decorrer do trabalho serão identificados como “A.S. 1”, “A.S. 2” e “A.S. 3”, a fim de manter o anonimato dos participantes. Os procedimentos técnicos utilizados para coleta dos dados foram bibliográficos através do aparato legal (BRASIL, 1988, 1990, 1993, 2004, 2005, 2006, 2009), livros e artigos referentes ao tema (Rizzini (2007) (2008) (2009), Baptista (2006), Silva (2004), entre outros), além da realização de entrevistas de caráter qualitativo e quantitativo com (01) um assistente social de cada serviço de abrigo para crianças e adolescentes. A amostragem atingiu 100% do objeto de pesquisa, visto que cada instituição possui um assistente social em sua equipe técnica psicossocial. A metodologia foi traçada com base em Gil (2002), utilizando a pesquisa bibliográfica a partir de um material já elaborado, como já mencionado, livros e artigos científicos e a pesquisa exploratória com o objetivo de aprimoramento de ideais.

O interesse pelo tema se deu pela experiência de estágio numa Instituição de acolhimento no município de Aracaju, no período de outubro de 2014 a maio de 2016. Essa experiência permitiu conhecer e compreender a realidade social da Instituição de forma crítica. Além de, identificar desafios e perspectivas postos aos profissionais.

O tema tem por relevância a necessidade de debater sobre desafios e perspectivas profissionais o Serviço Social nas instituições de acolhimento como forma defesa dos direitos da criança e do adolescente. Além de estimular o debate sobre os desafios e as perspectivas profissionais do Serviço Social nas instituições de

acolhimento, visto que, tem-se pouco conteúdo produzido na Universidade Federal de Sergipe sobre esse tema.

O primeiro Capítulo intitulado “Políticas de proteção à criança e ao adolescente no Brasil” terá como objetivo fazer uma reconstrução histórica do processo da criação das políticas até atualidade, através de uma pesquisa bibliográfica com os autores Rizzini e Pilloti (2009), Baptista (2006) e Faleiros (2009), além das legislações: Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993), Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária Brasil, 2006) e o Guia de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009). Com o interesse de compreender a evolução das políticas no transcorrer da história.

O segundo Capítulo “Serviço Social e a viabilização do direito à convivência familiar e comunitária”, trará o perfil dos assistentes sociais que atuam nos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes do município de Aracaju, a atuação do Serviço Social nas Instituições de acolhimento e apresentação e reflexão dos desafios e perspectivas profissionais para a profissão na garantia desse direito à convivência familiar e comunitária.

E por fim, serão apresentadas as considerações finais.

1. POLÍTICAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO BRASIL: uma abordagem histórica

Historicamente a condição da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social ou de risco pessoal e social no Brasil foi tratada pelo viés clientelista de cunho caritativo, assistencialista e repressor, no qual esses sujeitos eram enclausurados maciçamente em grandes orfanatos e abrigos. Essa situação só se modificou completamente a partir da promulgação da CF (BRASIL, 1988) e com a instituição, em 1990, do ECA (BRASIL, 1990), marcos que garantem o direito à convivência familiar e comunitária, além da centralização das políticas públicas na família, e à própria concepção de direitos para esses segmentos.

1.1. Políticas de proteção para crianças e adolescentes no Brasil: do período colonial ao ECA.

Para compreender os desafios para garantia dos direitos para crianças e adolescentes no Brasil da atualidade, faz-se necessário apropriar-se, ainda que de forma panorâmica, do legado histórico que se constituiu em políticas para esses segmentos. Nesse sentido, abordar uma trajetória histórica é um caminho que possibilita refletir os aspectos que estimularam a construção das várias perspectivas: desde aquelas em que às políticas públicas cabiam o papel de reprimenda ao legado do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), na atualidade em destaque (ainda que sob muita pressão para revogação de alguns aspectos)¹. Um dentre os aspectos ainda a ser considerado trata da situação de acolhimento institucional, notadamente um aspecto que merece atenção em razão do perfil dos sujeitos acolhidos no âmbito do poder público: essencialmente crianças e adolescentes das classes subalternas.

Segundo Baptista (2006), no período colonial uma das estratégias para fortalecimento do processo de colonização no Brasil foi a vinda de padres jesuítas para catequização dos índios nativos. Nesse processo, notou-se a resistência dos índios adultos à inserção da cultura europeia e cristã. As crianças indígenas então se tornaram o alvo da intervenção por terem sido consideradas “almas menos duras”. Muitas dessas crianças foram afastadas de suas tribos e criadas nas chamadas “Casas de *Muchachos*”,

¹ Ressalte-se, por exemplo, que ainda que o ECA não tenha atingido sua plenitude no que diz respeito ao SGD, a Câmara Federal aprovou em 2016 mudanças no tocante à redução da maioridade penal. Essas mudanças interferem substancialmente na aplicação da lei.

custeadas pela Coroa Portuguesa. Citando Chamboileyron (2004), Baptista (2006) ressalta que essas casas não eram destinadas apenas para crianças indígenas, mas também abrigavam enjeitados e órfãos provindos de Portugal. Vale ressaltar, que:

[...] os jesuítas não tinham nenhum interesse na sorte das crianças da Colônia, fossem elas abandonadas, ilegítimas ou escravas, pois nenhum pequeno exposto foi admitido nos colégios jesuítas [...] (MARCILIO, 1998 apud BAPTISTA, 2006, p. 26).

Citando Schueler (2001), Rizzini; Rizzini (2004) destaca ainda que os jesuítas foram os responsáveis pelo surgimento da ação educacional no período da Colônia, implantando “escolas elementares (de ler, escrever e contar) para crianças pequenas das aldeias indígenas e vilarejos” além de colégios para “a formação de religiosos e instrução superior de filhos das camadas mais privilegiadas da população.” (RIZZINI, 2004, p. 23), essa intervenção perdurou até meados do século XVII.

Em decorrência de disputas de poder, os padres jesuítas foram expulsos do país, por iniciativa do Marquês de Pombal e a escravização dos índios proibida. Entretanto, a exploração gerada pela colonização continuou, sendo utilizada abundante mão de obra escrava provinda da África (RIZZINI; PILOTTI, 2009), característica de todo processo de exploração da colônia.

A situação de exploração ocasionada pelo processo de colonização e a inserção da doutrina cristã (na qual determinava que crianças obtidas fora do casamento eram ilegítimos) gerou um grande número de crianças abandonadas e que acabavam perambulando pelas ruas das cidades (BAPTISTA, 2006). Para intervir nessa situação foi implantado em 1726 o sistema intitulado “Rodas de Expostos”, por iniciativa da Santa Casa de Misericórdia.

Foi apenas no século XVIII que surgiram as primeiras instituições de proteção à criança abandonada. Foram implantadas as três primeiras rodas de expostos em terras brasileiras: em Salvador (1726), no Rio de Janeiro (1738) e em Recife (1789). (BAPTISTA, 2006, p. 26).

As Rodas de Expostos foram as primeiras formas de institucionalização para crianças abandonadas no Brasil, se tratava de “um cilindro giratório na parede que permitia que a criança fosse colocada da rua para dentro do estabelecimento, sem que pudesse identificar qualquer pessoa” (RIZZINI; PILOTTI, 2009, p. 19). Citando Marcilio (1997), Rizzini (2004) destaca que o sistema de Rodas teve seu surgimento na

Europa católica em países como França e Portugal, e abrigou em suas instituições milhares de crianças abandonadas.

Conforme ressaltam Rizzini e Pilotti (2009), nesse período, a responsabilidade de amparar essas crianças estava destinada à Igreja, que realizava essa assistência com a ajuda de subsídios dos cofres públicos. As crianças deixadas nas Rodas de Expostos eram cuidadas por amas de leite alugadas ou entregues a famílias, por meio de pequenas pensões. Essa assistência perdurava até os sete anos, depois de atingida essa idade elas ficavam à disposição da determinação do Juiz, que decidia seu futuro. Muitas crianças eram encaminhadas para realização de trabalhos, muitas vezes domésticos.

Nesse período também foram criadas as primeiras instituições destinadas à educação dos órfãos no Brasil implantadas por iniciativa de religiosos. Essas instituições funcionavam em regime de claustro e ensinamentos religiosos. (RIZZINI, 2004)

Quanto à escravidão, crianças escravas tinham um valor de mercado e, de acordo com o que relata Rizzini (2004), mesmo com a promulgação da Lei do Ventre Livre², os senhores tinham a possibilidade de manter essas crianças até os 21 anos, com o compromisso de educá-los. Também era tido como alternativa, caso não se quisesse ficar com as crianças, entregá-las ao governo por meio de indenização. Não se descobriu registro de instituições destinadas ao recolhimento exclusivamente de filhos de escravas ou ingênuos no período imperial, pois esses sempre estiveram sob o domínio dos seus senhores.

De acordo com o que relata Rizzini (2004), o atendimento as crianças só foi possibilitado pela criação dos expostos fora das Instituições por amas de leites, contratadas pela Santa Casa, apesar de essas mulheres terem sido frequentemente criticadas de praticarem maus tratos as crianças.

A criação coletiva de crianças pequenas nas Casas de Expostos, em um período anterior às descobertas de Pasteur e da microbiologia, resultava em altíssimas taxas de mortalidade. A amamentação artificial era um risco sério para as crianças, obrigando as instituições a manterem em seu quadro de pessoal amas-de-leite, responsáveis pela amamentação de um grande número de lactentes. No Brasil, muitas

² A Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871 permitiu que os futuros filhos dos escravos fossem livres. As crianças negras nascidas a partir da promulgação dessa lei eram denominadas de “ingênuos”.

escravas serviram nesta função, alugadas por seus proprietários. (RIZZINI, 2004, p. 23)

Segundo Faleiros (2009) o sistema de Rodas de Expostos começou a ser duramente criticado por apresentar péssimas condições de recolhimento e ocasionar um alto índice de mortalidade infantil.

As críticas aos asilos eram feitas de forma contundente enquanto “lugar de enfurnamento” das crianças, sem instrução, sem higiene, sem luz, pessimamente alimentadas e as ruas eram vistas como “meios peçonhentos” com crianças seminuas, isoladas ou em maltas, dormindo na rua, Os desvalidos eram desvalorizados. (FALEIROS, 2009, p. 41)

Rizzini e Pilotti (2009) indicam que as condições de higiene, alimentação e cuidados em geral nas Rodas, além de ocasionarem alto índice de mortalidade infantil, exigiram um posicionamento do Estado, o que culminou na criação de iniciativas de políticas de proteção.

Segundo relata Rizzini (2004), no período imperial, a questão da “infância desvalida” era tratada através da educação e instrução de populares, com o objetivo de formação para o trabalho, colonização do país, além de conter essa camada da sociedade. A mudança veio com transição do regime político, no qual novos atores protagonizaram debates em torno da assistência a esse segmento.

[...] no período republicano a tônica centrou-se na identificação e no estudo das categorias necessitadas de proteção e reforma, visando ao melhor aparelhamento institucional capaz de “salvar” a infância brasileira no século XX. Os debates tomaram conta do cenário da assistência à infância no Brasil, escorados na meta da construção da nação republicana, e subsidiados pelas resoluções dos congressos internacionais sobre assistência social, médico-higienista e jurídica à já consolidada categoria dos *menores*. (RIZZINI, 2004, p. 28 e 29)

Conforme argumenta Faleiros (2009), os higienistas e os juristas foram os maiores críticos e responsáveis por uma articulação de políticas para a infância, encaminhando estratégias que tinham por objetivo a ordem e o controle de raça. A infância a que eram voltadas essas políticas era apenas aquela da criança considerada pobre, desvalida, abandonada, pervertida, perigosa, delinquente. Ressalte-se, todavia, não se tratar de:

[...] política geral, existindo, no entanto, iniciativas pontuais para criação de escolas, liceus, subsídios às santas casas, asilos, numa articulação entre público e privado, sem enfretamento dos problemas de mortalidade infantil, do abandono, da péssima qualidade dos asilos,

da falta de instrumental jurídico para proteção à infância. (FALEIROS, 2009, p. 41)

Na mudança de regime para a República o Estado passa a ter presença na assistência ao menor, que culminou na criação do primeiro Juízo de Menores e do decreto do Código de Menores (1927) idealizado pelo juiz Mello Mattos que foi o primeiro juiz de menores da época. (RIZZINI, 2004) O Código de Menores era destinado ao “menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade”. (BRASIL, 1927, p. 01)

O Código de Menores extinguiu formalmente as Rodas dos Expostos, através do art. 15 que determinava que “a admissão dos expostos á assistencia se fará por consignação directa, excluido o systema das rodas”. (BRASIL, 1927, p. 01) Faleiros ressalta que:

O Código de 1927 incorpora tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo, como a visão jurídica repressiva e moralista. Prevê a vigilância da saúde da criança, dos lactantes, das nutrízes, e estabelece a inspeção médica da higiene. No sentido de intervir no abandono físico e moral das crianças, o pátrio poder pode ser suspenso ou perdido por falta dos pais. Os abandonados têm a possibilidade (não o direito formal) de guarda, de serem entregues sob a forma de “soldada”, de vigilância e educação, determinadas por parte das autoridades, que velarão também por sua moral. O encaminhamento pode ser feito à família, a instituições públicas ou particulares que poderão receber a delegação do pátrio poder. A família é ainda que parcialmente valorizada. (FALEIROS, 2009, p. 47)

O Código de 1927 decreta também que os maiores de 14 anos e os menores de 18 anos que cometerem atos infracionais terão uma prisão especial, como indica o Artigo 69, a saber:

O menor indigitado autor ou cúmplice de facto qualificado crime ou Contravenção, que contar mais de 14 annos e menos de 18, será submettido a processo especial, tomando, ao mesmo tempo, a autoridade competente as precisas informações, a respeito do estado physico, mental e moral d'elle, e da situação social, moral e economica dos paes, tutor ou pessoa incumbida de sua guarda. (BRASIL, 1927, p.08).

Já aos menores de 14 anos conforme determina o Art. 68, não serão submetidos a processos penais:

O menor de 14 annos, indigitado autor ou cumplice de facto qualificado crime ou contravenção, não será submettido a processo penal de, especie alguma; a autoridade competente tomará sómente as informações precisas, registrando-as, sobre o facto punivel e seus agentes, o estado physico, mental e moral do menor, e a situação social, moral e economica dos paes ou tutor ou pessoa em cujo guarda viva. (BRASIL, 1927, p.08)

Em relação ao processo de inserção de crianças e adolescentes no mundo do trabalho “fica proibido aos menores de 12 anos e aos menores de 14 que não tenham cumprido instrução primária, tentando-se combinar a inserção no trabalho com a educação” (FALEIROS, 2009, p. 47e 48). Observe-se que os donos de indústrias utilizavam de forma abundante a mão de obra infantil, além de pagarem baixos salários a crianças e adolescentes, sem redução de jornada de trabalho (FALEIROS, 2009).

Nesse período além de instituído o Juízo de Menores, foi criado o Conselho de Assistência e Proteção a Menores, esses dois órgãos eram presididos pelo Ministro da Justiça. O juiz tinha o poder de decidir sobre o futuro do “menor” com base na índole da criança e do adolescente, com o olhar “de total vigilância e seu poder é indiscutível.” (FALEIROS, 2009, p. 48).

De acordo com o que relata Rizzini (2004), O Juízo de Menores, funcionou como um órgão centralizador de atendimento ao menor, que era recolhido das ruas ou levado pela família.

O juízo tinha diversas funções relativas à vigilância, regulamentação e intervenção direta sobre esta parcela da população, mas é a internação de *menores abandonados* e *delinquentes* que atraiu a atenção da imprensa carioca, abrindo espaço para várias matérias em sua defesa, o que, sem dúvida, contribuiu para a disseminação e aceitação do modelo. Pela crescente demanda por internações desde a primeira fase do juízo, percebe-se que a temática popularizou-se também entre as classes populares, tornando-se uma alternativa de cuidados e educação para os pobres, particularmente para as famílias constituídas de mães e filhos. (RIZZINI, 2004, p. 29 e 30)

No Governo de Getúlio Vargas, foi implantado um sistema educacional para os “menores”, formada pelos seguintes órgãos: em 1938, o Conselho Nacional de Serviço Social, em 1940, o Departamento Nacional da Criança, em 1941 o Serviço Nacional de Assistência a Menores (SAM) e, em 1942, a Legião Brasileira de Assistência (LBA). O Estado passa a se preocupar com a educação dos “menores”, mesmo que de forma assistencialista e repressiva. (FALEIROS, 2009)

De acordo com Faleiros (2009), o SAM era um órgão vinculado ao Ministério da Justiça e ao Juizado de Menores e tinha por objetivo “orientar e fiscalizar para fins de internação e ajustamento social” (FALEIROS, 2009, p. 54). Esse sistema foi alvo de diversas críticas, entre os autores delas estão os juízes que passam condenar o SAM de “fábrica de delinquentes, escolas de crime, lugares inadequados” (FALEIROS, 2009, p. 61). O caso do jornalista Odylo Costa que perdeu seu filho assassinado por um egresso da SAM, causou grande repercussão da imprensa expondo as suas falhas do SAM nacionalmente. Rizzini e Pilotti (2009) ressaltam que o SAM foi o primeiro órgão federal responsável pela assistência à criança e o adolescente em escala nacional.

Em relação à questão da educação profissionalizante é criado em 1942 o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), “que tem seu financiamento recolhido dos empresários pelo Estado, e é repassado aos empresários”. (FALEIROS, 2009, p. 52). E em 1946 foi criado o Serviço Nacional de aprendizagem Comercial (SENAC). Esses dois serviços tinham a mesma finalidade e eram destinados a atender os “menores” pobres. Com a regulamentação das leis trabalhistas em 1943, fica proibido o trabalho para menores de até 14 anos. (FALEIROS, 2009)

Faleiros (2009) ressalta que, em 1964, no período do golpe militar no Brasil, em decorrências das diversas críticas que o SAM recebia, foi solicitado ao ministro Milton Campos foi solicitado, elaborar um novo projeto, e então foi criado a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM)³. Diferente de como era tratado a questão da infância anteriormente, no período do regime militar, começou-se o caminho para a valorização da vida familiar e da integração do menor à comunidade, através da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) e como forma de agir contrário ao SAM.

Baptista (2006, p.31) pontua que, a FUNABEM determinava prioridade “aos programas de integração do menor na comunidade, por meio de assistência à família e

³“O ano de 1964 foi marcado por mudanças radicais na conjuntura política. Os militares assumiram o governo do país, e o Estado brasileiro deteve plenamente o papel de interventor e principal responsável pelas medidas referentes à criança e ao adolescente pobre ou infrator. Os militares procuraram capitalizar o descontentamento geral, mostrando-se aptos a dar uma resposta radical: em 1964, foi aprovada a Lei nº 4.513, que criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), com o objetivo de formular e implantar uma política nacional nessa área. O problema da criança e do adolescente passou a ser abordado como questão de segurança nacional e, portanto, enfrentado de forma estratégica, por meio de um conjunto de medidas legislativas, administrativas e políticas”. (BAPTISTA, 2006, p. 31).

da colocação de menores em lares substitutos”, além de instituições que trabalhassem “de modo que os menores nelas abrigados tivessem vida bastante aproximada da familiar, devendo o internamento restringir-se aos casos em que não existissem instituições desse tipo no lugar ou por determinação judicial”, dando um passo para a valorização da família e da inserção do indivíduo na comunidade. Entretanto, esses avanços não se concretizaram, em decorrência da estrutura “centralizadora da FUNABEM e da permanência da priorização da internação como medida de segregação dos menores marginalizados”. Rizzini (2004) sinaliza que nesse período tirar as crianças das ruas tinha por objetivo evitar que essas se envolvessem com a subversão, ou seja, os ideais comunistas.

Em 10 de outubro de 1979 foi criado um novo Código de Menores, promulgado em forma de lei n. 6.697. O novo Código de Menores era destinado as crianças e adolescentes em “situação irregular”, não se tratando ainda de uma legislação universal para todas as crianças e adolescentes do país. Dessa forma, apesar da reformulação, os dois códigos mantém algumas semelhanças, por possuírem caráter discriminatório à criança e adolescente em situação de vulnerabilidade social ou de risco pessoal e social⁴. (FALEIROS, 2009)

Com o fim da ditadura militar, a abertura política e o aumento da força dos movimentos sociais a “cultura de institucionalização” começou a ser questionada. Todas as instituições de acolhimento até esse período, de caráter provisório ou permanente, eram chamadas de internatos. Nos anos 70 e 80 vários seminários, publicações e discussões foram feitas como forma de buscar novos caminhos para a questão da criança e do adolescente. A manifestação mais expressiva na época foi o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, vinculada ao Projeto Alternativas de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua. Essas manifestações tinham por iniciativa organização não governamentais, que questionavam as consequências da internação para o desenvolvimento humano das crianças e adolescentes, afirmando também que esses indivíduos não deveriam ser afastados do seu seio familiar. (RIZZINI, 2004)

⁴ A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) sinaliza que a situação de vulnerabilidade social é “decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)” (BRASIL, 2004, p. 28). Já a situação de risco pessoal e social ocorre quando a criança e o adolescente sofre “abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.” (BRASIL, 2004, p. 31).

Esses movimentos em prol da questão da criança e adolescente, possibilitou-se a garantia de direitos à criança e adolescente através da Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF/88) e o do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

A movimentação de diferentes grupos possibilitou a criação do Fórum Permanente de Defesa da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), em que eram discutidas questões relativas à inexistência de políticas públicas de atendimento, à democratização precária das instituições e à necessidade de reverter o quadro de abandono deste segmento da população. Esse fórum, então, organizou-se em torno da necessidade de inclusão, na nova Constituição, de cláusulas que garantissem uma nova legislação para essas crianças e esses adolescentes. As pressões possibilitaram a inclusão de artigos específicos na Constituição Federal de 1988 (artigos 226 a 230). Gestava-se assim o movimento pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. (BAPTISTA, 2006, p.32)

1.2. A construção de um novo olhar sobre os direitos da criança e adolescente

A CF/88 e o ECA trazem em seus textos normativos mudanças que são resultados de um processo de luta da sociedade brasileira pelo reconhecimento dos direitos fundamentais de todos os cidadãos. Essas mudanças impulsionaram também a construção de nova uma política de proteção à criança e ao adolescente, pautada no direito à convivência familiar e comunitária.

Os direitos da criança e do adolescente estão destacados na CF/88 no artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p.95)

Tal reconhecimento também está explícito no ECA no artigo 15 que indica que toda “criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais”. Além de estabelecer que é “dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo- os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.” (BRASIL, 1990, p. 04).

A proteção da criança e adolescente também é reafirmado pela política de Assistência Social, que determina no artigo 2 que:

A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
- e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; (BRASIL, 1993, p.01)

Referente à política de Assistência Social, esta tem como foco os indivíduos e os grupos familiares que se encontram em situações de vulnerabilidade social e risco pessoal e social. Essa política tornou-se direito do cidadão e responsabilidade do Estado através da CF/88, que incluiu a política no tripé da Seguridade Social juntamente com a política de Saúde e Previdência Social, para garantir o atendimento a necessidades básicas. (BRASIL, 1993, p.01)

Em 2004 foi criada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) como resultado do reconhecimento dos direitos dos cidadãos e a responsabilidade do Estado perante a eles. A PNAS se materializa através de um sistema público, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem por objetivo “a regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais”. (BRASIL, 2005, p. 32).

A gestão do SUAS gestão é compartilhada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, além de contar com a sociedade civil para sua implementação e implantação. (BRASIL, 2005). Esse processo é garantido pela CF/ 88 e pela LOAS por meio da diretriz de descentralização político-administrativa.

As ações das três esferas de governo na área de assistência social realizam-se de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. (BRASIL, 1993, p.04)

Esse modelo de gestão garante que municípios sejam entes federativos, capazes de executar a gestão da política pública de forma autônoma em seu território, ou seja, com autonomia política e fiscal, sempre respeitando os princípios e diretrizes da PNAS.

O SUAS prevê entre diretrizes também a Matricialidade Sócio-Familiar que se refere à centralização da política na família e seus membros:

Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sócio-cultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. (BRASIL, 2005, p. 34)

A importância da família para a sociedade está mencionada na legislação no artigo 226 da CF/ 88 que estabelece que esse núcleo social é a base da sociedade e tem total proteção do Estado. E é reafirmado no ECA e na LOAS. A concepção de família é entendida pela CF/88 como “a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes”. (BRASIL, 1988, p. 94) O ECA também completa esse conceito indicando que família natural é “comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes” e a família extensa ou é “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”. (BRASIL, 1990, p. 06)

O SUAS é dividido em dois níveis de proteção, proteção social básica e a proteção social especial (proteção especial de baixa de complexidade e alta complexidade). Em relação à proteção social básica, ela é destinada a população que se encontra em situação de vulnerabilidade social e tem por objetivo prevenir situações de risco, através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. São ofertados nesse nível serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos. Essa proteção se realiza de forma direta nos Centro de Referência da Assistência Social– CRAS e de forma indireta em entidades e organizações de assistência social. Esses serviços devem ser executados de forma articulada com as demais políticas públicas. (BRASIL, 2004)

Já a proteção social especial é destinada a população que se encontra em situação de risco pessoal ou social, causada por violações de direitos como abandono, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, maus tratos físicos, e ou psíquicos, cumprimento de medidas sócio educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, negligência, entre outros. Esse nível é executado com articulação com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), Poder Judiciário, Ministério Público e ações do Executivo. Essa proteção é dividida em dois níveis a Média Complexidade e a Alta Complexidade. (BRASIL, 2004)

A Média Complexidade é designada para aqueles que sofreram violação de direitos, porém não foi necessário o rompimento dos vínculos familiares e comunitários. Os serviços oferecidos por esse nível são: serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), serviço especializado em abordagem social, serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade, serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias e o serviço especializado para pessoas em situação de rua. Nesse nível temos também o Centro Especializado de Assistência Social (CREAS), que visa a orientação e o convívio familiar e comunitário. (BRASIL, 2004)

Os serviços vinculados à Alta Complexidade são destinados para pessoas que sofreram violação de direito e necessitam de proteção integral (moradia, alimentação, higienização, entre outras necessidades). Nesse nível o usuário do PNAS é retirado do seu convívio familiar e comunitário. As unidades de atendimento desse nível são: Acolhimento Institucional, República, Família Acolhedora, Casa Lar, Família Substituta, Casa de Passagem; Medidas sócio-educativas restritivas e privativas de liberdade (Semi-liberdade, Internação provisória e sentenciada) e o Trabalho protegido. (BRASIL, 2004)

A Política de Assistência Social ainda se encontra em processo de construção e reflexão: em 2011 a LOAS incluiu nos seus artigos o PNAS e o SUAS.

Tanto a Política de Assistência Social, o ECA e a CF/88, são marcos legais que asseguram os direitos fundamentais referentes à criança e ao adolescente e as famílias em situação de vulnerabilidade social e situação de risco pessoal e /ou social.

1.3. Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes: novos caminhos para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

Acolhimento Institucional segundo o documento “Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais”⁵ (BRASIL, 2009), refere-se ao serviço de proteção integral destinado a família e indivíduos em situação de vínculos rompidos ou fragilizados. Esse serviço faz parte da proteção social de Alta complexidade do SUAS e os usuários podem ser: crianças e adolescentes, adultos e famílias, idosos, mulheres em situação de violência, além de jovens e adultos com deficiência.

Referente ao serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, esse pode ainda ser dividido em duas modalidades: Abrigo Institucional⁶ e Casa-Lar⁷. O ECA no artigo 101 determina o acolhimento institucional para crianças e adolescentes é uma medida protetiva aplicada apenas quando esses segmentos sofreram violação de direito. Essa medida pode ser aplicada pelo Poder Judiciário ou Conselho Tutelar.

No ECA também é sinalizado no artigo 101 que os serviços de acolhimento institucional devem ter caráter provisório e excepcional, sem implicação de liberdade, aplicado apenas quando não for possível intervir mantendo esses sujeitos no seio familiar, e deve visar a reintegração familiar em família de origem (nuclear ou extensa), ou, em caso excepcional, em família substituta. A excepcionalidade e provisoriedade dos serviços de acolhimento institucional garantem que a criança e o adolescente seja criado no seu seio familiar, atentando para o Artigo 19 do ECA:

É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (BRASIL, 1990, p. 05)

⁵ Resolução CNAS 109 aprovada em 11 de novembro de 2009.

⁶ Medida protetiva de acolhimento institucional de caráter provisório e excepcional, para crianças e adolescentes que sofreram violação de direitos por seus pais ou responsáveis e foram afastadas do seu seio familiar, até que seja viabilizado de forma segura a reintegração familiar em família de origem ou, em casos excepcionais, em família substituta. (BRASIL, 2009)

⁷ Serviço de acolhimento Institucional de caráter provisório, realizado em unidades residenciais, no qual um pessoal ou casal residirá na função de educador/ cuidador de um grupo de crianças e adolescentes afastadas do convívio familiar pela medida protetiva de Abrigo. (BRASIL, 2009) Essa modalidade é definida pela Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987.

A medida protetiva de acolhimento institucional é aplicada em situações em que o direito da criança e do adolescente foi violado nas seguintes situações: abuso físico, sexual ou psicológico, negligência, abandono, trabalho infantil, entre outras, causadas por parte dos pais ou responsáveis. É importante sinalizar que no Art. 23 do ECA (BRASIL, 1990, p. 06) está destacado que “a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar”, ou seja, situações de vulnerabilidade social ocasionadas por falta de recursos econômicos da família não podem ser motivos de acolhimento institucional, sendo a alternativa incluir esses sujeitos em programas oficiais de auxílio do governo.

o fortalecimento e o empoderamento da família devem ser apoiados e potencializados por políticas de apoio sóciofamiliar, em diferentes dimensões que visem à reorganização do complexo sistema de relações familiares, especialmente no que se refere ao respeito aos direitos de crianças e adolescentes. (BRASIL, 2006, p. 30)

As Instituições de acolhimento devem funcionar 24 horas de forma ininterrupta, estar inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) como forma de garantir o controle social, fiscalização e monitoramento e seguir os seguintes princípios assegurados pelo ECA:

- I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)
- II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)
- II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V - não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII - participação na vida da comunidade local;
- VIII - preparação gradativa para o desligamento;
- IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo. (BRASIL, 1990, p. 22)

Em 2006 o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Conselho Nacional de Assistência (CNAS), criaram o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) ⁸, com o intuito de assegurar o direito à convivência familiar e comunitária. E em 2009, esses dois conselhos também aprovaram o documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes” ⁹ com a finalidade de padronizar em território nacional os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Esses dois documentos estabelecem medidas de reordenamento institucional, visando superar as antigas práticas de institucionalização.

Em 03 de agosto de 2009 é promulgada a Lei 12. 010, mais conhecida como a “Lei da Adoção” (BRASIL, 2009), que propõe modificações em alguns artigos do ECA, no intuito de garantir o direito de crianças e adolescentes, particularmente o direito à convivência familiar e comunitária. No Art. 1, ressalta:

Esta Lei dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, na forma prevista pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º A intervenção estatal, em observância ao disposto no caput do art. 226 da Constituição Federal, será prioritariamente voltada à orientação, apoio e promoção social da família natural, junto à qual a criança e o adolescente devem permanecer, ressalvada absoluta impossibilidade, demonstrada por decisão judicial fundamentada.

§ 2º Na impossibilidade de permanência na família natural, a criança e o adolescente serão colocados sob adoção, tutela ou guarda, observadas as regras e princípios contidos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e na Constituição Federal. (BRASIL, 2009, p.01)

Com relação ao Art. 19 do ECA a Lei 12. 010 incluiu dois parágrafos que tratam do período de permanência da criança e do adolescente em serviços de acolhimento institucional:

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá **sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses**, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada

⁸ Resolução Conjunta Nº 01, de 13 de dezembro de 2006.

⁹ Resolução Conjunta Nº 01, de 18 de junho de 2009.

pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de **acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos**, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. (BRASIL, 2009. p. 01) (grifo nosso).

O artigo 19 do ECA reforçou a realização de audiências concentradas para reavaliação dos casos dos acolhidos, que antes desse marco legal eram feitas de forma facultativa. O Provimento nº 32/13 da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em seu artigo 1º regulamentou esse ato, exigindo que se fosse realizada a cada semestre, preferencialmente nos meses de abril e outubro, com a presença dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos (SGD)¹⁰ da criança e do adolescente, com o intuito de garantir a excepcionalidade e provisoriedade do acolhimento.

as audiências concentradas podem ser definidas como as audiências judiciais realizadas em casos de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente nas quais o Juiz da Infância e Juventude intima para que delas participem, os responsáveis legais (à exceção, por exemplo, de agressores sexuais), as crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, além de todos os agentes envolvidos, direta e indiretamente, na decisão de possível retorno ao convívio familiar, colocação sob guarda em família ampliada, colocação em família substituta ou permanência na instituição de acolhimento. (BRASIL, 2014, p. 64)

Em relação à questão da adoção a lei 12. 010 inclui dois parágrafos no artigo 39 do ECA, assegurando a excepcionalidade do encaminhamento dessa medida:

¹⁰ Sistema de Garantia de Direitos (SGD) trata-se de “conjunto de órgãos, entidades, autoridades, programas e serviços de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, que devem atuar de forma articulada e integrada, na busca de sua proteção integral, nos moldes do previsto pelo ECA e pela Constituição Federal.” (BRASIL, 2009, p.) O SGD é formado por três eixos: a) Eixo da Defesa dos Direitos Humanos: os órgãos públicos judiciais; ministério público, especialmente as promotorias de justiça, as procuradorias gerais de justiça; defensorias públicas; advocacia geral da união e as procuradorias gerais dos estados; polícias ; conselhos tutelares; ouvidorias e entidades de defesa de direitos humanos incumbidas de prestar proteção jurídico-social. b) Eixo da Promoção dos Direitos: serviços e programas das políticas públicas, especialmente das políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes, serviços e programas de execução de medidas de proteção de direitos humanos e serviços e programas de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas. c) Eixo do Controle e Efetivação dos Direitos: conselhos dos direitos de crianças e adolescentes; conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas; e os órgãos e os poderes de controle interno e externo definidos na Constituição Federal.

§ 1º A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art. 25 desta.

§ 2º É vedada a adoção por procuração. (BRASIL, 2009, p.03)

Essas novos aparatos legais buscam fortalecer o direito da convivência familiar e comunitária numa sociedade ainda marcada pelas velhas praticas de institucionalização. É preciso ver o “acolhimento como antagônica à noção de institucionalização como pratica de confinamento e segregação social” (RIZINNI, 2007, p. 23). Nesse sentido,

[...] a convivência familiar e comunitária é fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente, os quais não podem ser concebidos de modo dissociado de sua família, do contexto sócio-cultural e de todo o seu contexto de vida. (BRASIL, 2006, p. 29)

1.3.1. Como deve ser aplicada a medida de acolhimento institucional conforme a legislação?

A medida de acolhimento institucional deve ser subsidiada por um estudo diagnóstico e notificado ao Ministério Público e a autoridade judiciária. A decisão deve ser estabelecida com articulação entre Justiça da Infância e da Juventude e o Ministério Público. (BRASIL, 2006), entretanto, como expressa o Art. 93 do ECA,

As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade. (BRASIL, 1990, p.23)

Esse estudo será elaborado sob supervisão e estreita articulação com Conselho Tutelar, Justiça da Infância e da Juventude e equipe de referência do órgão gestor da Assistência Social, sendo que em alguns casos pode-se solicitar uma avaliação de outros órgãos como: Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente e de serviços de saúde. No processo de elaboração do estudo devem ser ouvidos os segmentos que tiveram seus direitos violados e todos os envolvidos. (BRASIL, 2009)

O estudo diagnóstico deve incluir uma criteriosa avaliação dos riscos a que estão submetidos à criança ou o adolescente e as condições da família para superação das violações de direitos observadas e o provimento de proteção e cuidados. Com a devida fundamentação teórica, o estudo deve levar em conta a proteção e a segurança imediata da criança e do adolescente, bem como seu cuidado e desenvolvimento em longo prazo. (BRASIL, 2009, p. 24)

Ainda sobre o estudo diagnóstico, este deve ser pautado na avaliação do caso, no qual será analisado se há real necessidade de encaminhamento para uma instituição de acolhimento e se existe possibilidade de algum indivíduo da família extensa acolher a criança e o adolescente. Isso garante que o afastamento seja algo excepcional.

[...] avaliação dos riscos aos quais porventura a criança ou adolescente estejam expostos no ambiente familiar, antes de considerar o encaminhamento para serviço de acolhimento como uma alternativa para garantir sua proteção, é preciso observar se na família extensa ou comunidade há pessoas significativas que possam e aceitem se responsabilizar por seus cuidados. (BRASIL, 2009, p. 26)

O estudo diagnóstico também tem por objetivo analisar se a violação de direito que a criança e o adolescente sofreram não foi ocasionada falta de acesso às políticas públicas:

No estudo diagnóstico deve-se buscar identificar, ainda, se a situação de risco à qual está exposta a criança ou adolescente decorre exclusivamente do contexto social, histórico e econômico de vida da família e se a garantia de apoio, orientação e acesso às diversas políticas públicas seria suficiente para reduzir os riscos e possibilitar a manutenção do convívio familiar. (BRASIL, 2009, p. 26)

Dessa forma, a legislação assegura que o motivo do afastamento da criança e do adolescente de sua família não deve ser pautado na “falta ou a carência de recursos materiais” (BRASIL, 1990, p.06), sendo que para garantir sua autonomia elas devem ser inseridas em políticas públicas.

Para que este princípio possa ser aplicado, é importante que se promova o fortalecimento, a emancipação e a inclusão social das famílias, por meio do acesso às políticas públicas e às ações comunitárias. Dessa forma, antes de se considerar a hipótese do afastamento, é necessário assegurar à família o acesso à rede de serviços públicos que possam potencializar as condições de oferecer à criança ou ao adolescente um ambiente seguro de convivência. (BRASIL, 2009, p. 18)

O PNCFC sinaliza que as violações de direitos que se destaca nas famílias em vulnerabilidade são resultantes de “uma situação de vulnerabilidade da família diante dos seus próprios direitos de cidadania, do acesso e da inclusão social.” (BRASIL, 2006, p. 35). Nesse sentido, a inserção desses sujeitos em políticas públicas ocasiona a diminuição de acolhimentos institucionais.

A criança e o adolescente que necessitar do afastamento familiar devem ser acolhidos em Instituições próximas à sua residência, como forma de manter os vínculos

familiares e colaborar para a reintegração familiar, ou seja, “sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico, da realidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos” (BRASIL, 2006, p. 41). Para isso, é importante que o município garanta que, além de tratar-se de último recurso, o acolhimento seja feito em equipamento social inserido no território.

No processo de acolhida, deve-se evitar que o rompimento ou fragilidade dos vínculos comunitários, com possibilidade que a criança e o adolescente permaneçam na mesma escola e nos mesmos equipamentos comunitários aos quais já fazia parte. Esse procedimento evita maiores danos ao desenvolvimento humano desses segmentos. (BRASIL, 2009)

O acompanhamento inicial no processo de acolhida deve ser feito imediatamente para que se possa analisar se o motivo do afastamento tem procedimento, caso seja confirmado, a equipe técnica da Instituição (formada por assistentes sociais e psicólogos) deve elaborar métodos¹¹ para que a criança ou adolescente retorne para sua família de origem em menor tempo possível.

Mesmo com a concretização do afastamento, todas as atenções devem ser para à família de origem, caso a reintegração em família de origem não seja possível deve-se encaminhar a criança ou adolescente a uma família substituta, como forma de garantir a convivência familiar e comunitária.

Quando o afastamento do convívio familiar for medida mais adequada para se garantir a proteção da criança e do adolescente em determinado momento, esforços devem ser empreendidos para viabilizar, no menor tempo possível, o retorno seguro ao convívio familiar, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta (adoção, guarda e tutela), conforme Capítulo III, Seção III do ECA (BRASIL, 2009, p. 25).

Isso significa que o trabalho em rede deve ser considerado em todos os aspectos. O acompanhamento técnico com a família de origem possibilita que os familiares se conscientizem dos motivos que levaram o afastamento da criança ou do adolescente e se possa criar de forma construtiva acordos para com esses indivíduos e haja a

¹¹ Elaboração de Plano Individual e familiar- PIA, encaminhamentos de relatórios de contrarreferência e referência, atendimentos às famílias, visitas domiciliares e institucionais, elaboração do prontuário da criança (constando a ficha da criança, evolução/ acompanhamento do caso, relatório de visita domiciliar, termo de responsabilidade, documentação da criança e familiares responsáveis) e reuniões com a coordenação e demais profissionais da Instituição.

reintegração. (BRASIL, 2009) Além dos acordos firmados entre a equipe técnica e os familiares dos acolhidos, é necessário acordos com a rede socioassistencial, visto que mesmo com afastamento os outros equipamentos de apoio devem continuar a agir nos casos de forma a colaborar com a redução do tempo do acolhimento.

Devem ser firmados acordos entre o serviço de acolhimento, a equipe de supervisão e apoio aos serviços de acolhimento - ligada ao órgão gestor da Assistência Social a equipe técnica do Poder Judiciário e os demais serviços da rede das diversas políticas públicas, incluindo os não-governamentais, a fim de promover a articulação das ações de acompanhamento à família, além de reuniões periódicas para discussão e acompanhamento dos casos. (BRASIL, 2009, p. 38).

Após o acolhimento na Instituição a equipe técnica, formada por psicólogos e assistentes sociais, deverá elaborar o Plano Individual de Atendimento da Criança e do Adolescente (PIA), onde constará os objetivos, estratégias e ações para superação do motivo que ocasionou o acolhimento, com o objetivo que seja realizada no menor tempo possível a reintegração familiar. É claro que essa orientação prevê pleno funcionamento do equipamento social, que deve ser estruturado com outros trabalhadores do SUAS, além da equipe técnica indicada. O parágrafo 6º do Art. ressalta:

Constarão do plano individual, dentre outros:

I - os resultados da avaliação interdisciplinar;

II - os compromissos assumidos pelos pais ou responsável; e a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente acolhido e seus pais ou responsável, com vista na reintegração familiar ou, caso seja esta vedada por expressa e fundamentada determinação judicial, as providências a serem tomadas para sua colocação em família substituta, sob direta supervisão da autoridade judiciária. (BRASIL, 1990, p. 27)

O ECA pressupõe que a criança e o adolescente tem o direito a ter sua opinião considerada, dessa forma, esses segmentos devem ser ouvidos para que se possa entender a sua posição perante o motivo do afastamento, entre outros quesitos.

O direito à escuta, viabilizada por meio de métodos condizentes com seu grau de desenvolvimento, deve ser garantido nas diversas decisões que possam repercutir sobre seu desenvolvimento e trajetória de vida, envolvendo desde a identificação de seu interesse pela participação em atividades na comunidade, até mudanças relativas à sua situação familiar ou desligamento do serviço de acolhimento. (BRASIL, 2009, p. 22)

Nesse sentido, o ECA reconhece esses indivíduos como sujeitos de direitos, autônomos e íntegros que:

não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros “objetos”, devendo participar das decisões que lhes dizem respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento. (BRASIL, 2006, p. 25)

Durante o acolhimento institucional deve-se preservar o fortalecimento e preservação dos vínculos familiares e comunitários, através de visitas e encontros com as famílias. Além de que crianças e adolescentes acolhidas com vínculos parentescos não devem ser separadas, ou seja, devem ser acolhidas na mesma Instituição. Isso permite a minimização dos danos no processo de afastamento familiar.

Todos os esforços devem ser empreendidos para preservar e fortalecer vínculos familiares e comunitários das crianças e dos adolescentes atendidos em serviços de acolhimento. Esses vínculos são fundamentais, nessa etapa do desenvolvimento humano, para oferecer-lhes condições para um desenvolvimento saudável, que favoreça a formação de sua identidade e sua constituição como sujeito e cidadão. Nesse sentido, é importante que esse fortalecimento ocorra nas ações cotidianas dos serviços de acolhimento - visitas e encontros com as famílias e com as pessoas de referências da comunidade da criança e do adolescente, por exemplo. Crianças e adolescentes com vínculos de parentesco, não devem ser separados ao serem encaminhados para serviço de acolhimento, salvo se isso for contrário ao seu desejo ou interesses ou se houver claro risco de violência. (BRASIL, 2009, p. 19)

No processo de acolhimento, é preciso que além do acompanhamento com os acolhidos, seja realizado também com a família de origem, objetivando a superação dos motivos da violação de direito. Já que o prolongamento desnecessário nessas instituições ocasiona o enfraquecimento dos vínculos familiares.

Dar início ao acompanhamento da situação familiar imediatamente após a chegada da criança ou adolescente é importante, ainda, para que a equipe técnica possa, no menor tempo possível, fazer sua análise quanto a real necessidade do acolhimento. (BRASIL, 2009, p. 30)

Para que seja realizado esse acompanhamento, os profissionais dos serviços de acolhimento utilizam ferramentas como: estudo de caso, entrevista individual e familiar, grupo com famílias, visitas familiares, grupo multifamiliar, orientação individual, familiar e grupal, e encaminhamento e acompanhamento de integrantes da família à rede local, de acordo com demandas identificadas. (BRASIL, 2009)

Nos serviços de acolhimento, as crianças e adolescentes tem o direito a ter contato com a comunidade e a construir laços de afetividade. Esse contato é importante para que esses segmentos tenham uma vida semelhante a familiar, rompendo com o ar de institucionalização dos antigos orfanatos. Mesmo que o período nesses serviços seja transitório como é determinado em lei.

Deve-se propiciar sua participação nas festividades e demais eventos da comunidade, além da utilização da rede socioassistencial, de educação, saúde, cultura, esporte e lazer disponíveis na rede pública ou comunitária. No acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer deve-se observar o interesse, as habilidades e grau de desenvolvimento da criança e do adolescente. Sendo possível, deve-se propiciar que esse acesso não seja realizado sempre de modo coletivo, ou seja, com várias crianças e adolescentes do serviço freqüentando as mesmas atividades nos mesmos horários, a fim de favorecer também a interação com outras crianças/adolescentes da comunidade. (BRASIL, 2009, p. 51)

As entidades de acolhimento institucional devem prestar assistência à criança e ao adolescente, dando-lhes acolhida, cuidado, espaço para socialização e desenvolvimento. (BRASIL, 2009) Essas entidades devem dar a esses sujeitos uma acolhida que minimiza a violação de direitos.

Toda criança e adolescente tem direito a viver num ambiente que favoreça seu processo de desenvolvimento, que lhe ofereça segurança, apoio, proteção e cuidado. Nesse sentido, quando o afastamento for necessário e enquanto soluções para a retomada do convívio familiar forem buscadas, os serviços de acolhimento deverão prestar cuidados de qualidade, condizentes com os direitos e as necessidades físicas, psicológicas e sociais da criança e do adolescente. (BRASIL, 2009, p. 21)

Os serviços de acolhimento institucional devem trabalhar de forma articulada com as demais políticas públicas, com a rede socioassistencial e os demais órgãos do SGD possibilitando a inserção dos usuários nos serviços da rede socioassistencial, garantindo assim a qualidade do atendimento prestado aos usuários do serviço. (BRASIL, 2009). As atuações dessas unidades devem:

[...] basear-se no princípio da incompletude institucional, não devendo ofertar em seu interior atividades que sejam da competência de outros serviços. A proteção integral a que têm direito as crianças e os adolescentes acolhidos deve ser viabilizada por meio da utilização de equipamentos comunitários e da rede de serviços local. (BRASIL, 2009, p. 37)

O princípio de incompletude institucional também sinaliza que a instituição de acolhimento não deve prestar todos os serviços dentro da unidade, para que dessa forma, os acolhidos possam ir à escola, as unidades básicas de saúde, entre outros serviços, tenha contato com a comunidade, rompendo com o passado de enclausuramento dos antigos abrigos e orfanatos. (BRASIL, 2009).

Ainda sobre o processo de acolhida, as Instituições devem se comportar de forma que os acolhidos não sofram nenhum tipo de discriminação:

Devem ser combatidas quaisquer formas de discriminação às crianças e aos adolescentes atendidos em serviços de acolhimento e às famílias de origem, baseadas em condição sócio-econômica, arranjo familiar, etnia, religião, gênero, orientação sexual, ou, ainda, por serem pessoas com necessidades especiais em decorrência de deficiência física ou mental, que vivem com HIV/AIDS ou outras necessidades específicas de saúde. (BRASIL, 2009, p. 21)

Os atendimentos devem ser realizados em pequenos grupos, para que se possa preservar a sua individualidade, a sua história de cada acolhido e a formação da sua identidade.

[...] o atendimento deverá ser oferecido para um pequeno grupo e garantir espaços privados, objetos pessoais e registros, inclusive fotográficos, sobre a história de vida e desenvolvimento de cada criança e adolescente. (BRASIL, 2009, p. 21)

O acolhido deve ter direito a continuar praticando a sua religião, mesmo nessas Instituições, em processo de afastamento familiar:

Visando a garantia do direito à liberdade de crença e culto religioso, assegurado no Art. 16 do ECA, os serviços de acolhimento devem propiciar, ainda, que a criança e o adolescente possam satisfazer suas necessidades de vida religiosa e espiritual. Nesse sentido, deve ser viabilizado o acesso às atividades de sua religião, bem como o direito de “não participar de atos religiosos e recusar instrução ou orientação religiosa que não lhe seja significativa”. (BRASIL, 2009, p. 22)

O ECA (BRASIL, 1990) determina que se for verificado que a criança e o adolescente poderão retornar a sua família, terá a responsabilidade de comunicar as autoridades judiciais. Entretanto, se for constatado a impossibilidade, a criança deverá ser encaminhada à família substituta, essa decisão deverá ser subsidiado de um relatório técnico. Ao receber esse relatório, o Ministério Público terá o prazo de 30 dias para realizar a destituição familiar, salvo em casos em que for necessário mais estudo sobre o processo.

Sobre a colocação em família substituta, o ECA (BRASIL, 1990) ressalta que, dependendo do estágio de grau de desenvolvimento da criança e adolescente, eles devem ser consultados pela equipe interprofissional, sobre esse processo. Se tratando de um maior de 12 anos deverá ser solicitado o seu consentimento. Vale ressaltar também que, grupos de irmãos não deverão ser separados. A colocação de crianças e adolescentes em família substituta se fará “mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente” (Art. 28)

Vale ressaltar que, mesmo em casos que a criança e o adolescente permaneçam por um longo tempo acolhidos os autores envolvidos não devem desistir da busca de alternativas para garantir o direito à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2009)

O desligamento da criança e do adolescente da instituição de acolhimento deve ocorrer de forma gradativa, dando oportunidade a preparação dos acolhidos, da família e dos demais profissionais da Instituição. (BRASIL, 2009)

A criança e o adolescente em processo de desligamento devem ter a oportunidade de conversar, ainda, sobre suas expectativas e inseguranças quanto ao retorno ao convívio familiar, bem como sobre o sentimento de saudade do ambiente de acolhimento, da família acolhedora, dos profissionais do serviço e dos colegas. (BRASIL, 2009, p. 54)

Com a realização da reintegração familiar é fundamental que a família seja acompanhada por um período de até seis meses, no qual após esses período é analisado pelos profissionais a existência de necessidade de continuidade. (BRASIL, 2009)

[...] devido às mudanças ocorridas em cada um dos membros durante o período do afastamento e o descompasso entre expectativas construídas e realidade, podem ocorrer entre os integrantes da família insegurança e conflitos na relação devido à necessidade de readaptação da rotina e regras familiares. Por isso é preciso que sejam desenvolvidas estratégias para conciliar os cuidados com a criança e o adolescente com as demais responsabilidades da família. (BRASIL, 2009, p. 42)

Esse acompanhamento deve ser garantido por meio da rede socioassistencial, que reforça que preconiza o SUAS, mas também a perspectiva de interioridade das políticas sociais. Assim, para além da Assistência Social, cabe considerar o papel da Saúde, da Educação e demais políticas nesse processo.

O atual sistema de políticas de proteção à criança e ao adolescente determina que crianças e adolescente tenham prioridade, sejam criados em seus seios familiares, sendo

superada, dessa forma, as antigas praticas de institucionalização maciça em abrigos e orfanatos. As instituições de acolhimento devem a partir desse momento ter caráter educativo, visando o fortalecimento dos vínculos familiares, autonomia das famílias e a reintegração familiar no menor tempo possível.

1.3.2. Abrigo Institucional para crianças e adolescentes

Referente aos Abrigos Institucionais os parâmetros de funcionamento são estabelecidos pelo documento de Orientações técnicas: Serviço de Acolhimento para crianças e adolescentes, pela NOB- SUAS e pelo PNCFC. Esse serviço é definido como equipamento que:

oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. (BRASIL, 2009, p. 68)

Os Abrigos Institucionais devem atender crianças e adolescentes de 0 a 18 anos. A capacidade das instituições é de até 20 usuários, com foco no atendimento personalizado e em pequenos grupos. O serviço deve ser ofertado em uma área residencial, inserida na comunidade, sem uso de placas indicativas e nomenclaturas que colaborem com as velhas praticas de institucionalização. (BRASIL, 2009)

Essa modalidade de acolhimento deve ser de responsabilidade do município e os recursos de financiamento são provindos do fundo municipal, estadual e federal, definidos pelo piso de co- financiamento da proteção de alta complexibilidade.

A infra- estrutura determinada para essa modalidade de acolhimento institucional é a seguinte: quartos, sala de estar, sala de jantar, ambiente para estudo, banheiro, cozinha, área de serviço, área externa, sala para equipe técnica, sala para a coordenação e atividades administrativas. sala de reunião. Vale ressaltar que esses ambientes devem ser estruturadas de forma a atender pessoas com deficiências. A unidade deve disponibilizar um carro para meio de transporte, para realização de visitas domiciliares, reuniões e demais demandas institucionais. (BRASIL, 2009)

O serviço de Abrigo Institucional, não deve ter a pretensão de ocupar o lugar da família da criança ou adolescente, mas contribuir para o fortalecimento dos vínculos

familiares, favorecendo o processo de reintegração familiar ou o encaminhamento para família substituta, quando for o caso. (BRASIL, 2009, 54). Esse papel, embora específico do serviço, não pode ser considerado único para garantir os direitos da criança e do adolescente e, nesse sentido, perscrutar os profissionais de Serviço Social inseridos no serviço pode apontar os desafios e perspectivas para consolidar esses direitos.

Para o presente estudo, foram entrevistados três profissionais que atuam nos abrigos municipais de Aracaju/ SE, que estão descritos no próximo capítulo, bem como sua inserção no campo de trabalho.

2. SERVIÇO SOCIAL E A VIABILIZAÇÃO DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

O Serviço Social é uma profissão de nível superior, que atua orientada e norteada pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) e a pela regulamentação legal da profissão, a Lei n. 8.662 de 7 de junho de 1993 (BRASIL, 1993). No seu exercício profissional, os assistentes sociais têm o compromisso de defender e reafirmar direitos e políticas sociais, na busca de um projeto comprometido com universalidade do acesso aos direitos e na democracia, ainda que numa sociedade expressa por profundas desigualdades.

Em Instituições de acolhimento para crianças e adolescentes esses profissionais trabalham no intuito de viabilizar o direito à convivência familiar e comunitária, conforme garante o aparato legal (BRASIL, 1988, 1990, 1993, 2004, 2005, 2006, 2009).

Esse capítulo tem por objetivo descrever e analisar os dados coletados na pesquisa de campo, realizada nos Abrigos de crianças e adolescentes do município de Aracaju enfatizando os desafios profissionais para assegurar o acesso aos direitos a esse segmento.

2.1. O Serviço Social nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes

No Brasil, no período do século XX, a Igreja Católica interviu na questão social¹² como forma de combater o laicismo, liberalismo e comunismo. A partir desse movimento foram realizados cursos, semanas sociais¹³ e estudos com o objetivo de formação social, que posteriormente resultaram criação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil. (AGUIAR, 1995)

A primeira escola de Serviço Social, implantada em 1936 na cidade de São Paulo, nasceu do Centro de Estudos e Apoio Social (CEAS) como resultado da necessidade de formar os militantes da Ação Católica para atuarem na ação social. O CEAS, vinculado à Igreja Católica, era formado por um determinado grupo de moças

¹² Questão social, segundo Iamamoto (2006), trata-se do conjunto de desigualdades geradas pelo processo de organização da sociedade capitalista madura, que resulta da contradição trabalho versus capital. O modelo de produção capitalista gera o desenvolvimento das forças produtivas, entretanto também gera o aumento das desigualdades sociais, miséria e pobreza.

¹³ As semanas sociais surgiram na Europa como modo de formação católica e propagação da Doutrina Social da Igreja. (AGUIAR, 1995)

preocupadas com a questão social. A segunda escola surgiu em 1937, na cidade do Rio de Janeiro, impulsionada pelo Cardeal Sebastião Leme, Stela de Faro e Alceu Amoroso Lima, que também enfatizavam a necessidade de formação social do laicato. (AGUIAR, 1995)

O suporte teórico dos assistentes sociais nesse período era a filosofia do neotomismo, com forte importância doutrinária e moral, vinculada aos preceitos da Igreja, além da compreensão da questão social como problema individual e inerente à sociedade. A visão tecnicista só aparece com o contato com a visão norte- americana que se amplia a partir da década seguinte. (AGUIAR, 1995)

Na década 40 o Serviço Social brasileiro entra em contato com o Serviço Social norte- americano processo que é resultado de acordos entre Estados Unidos da América (EUA) e o Brasil, inerente à conjuntura do pós- guerra quando a inicia uma divisão geopolítica importante com a polarização da chamada Guerra Fria¹⁴ e a ampliação da influência política e econômica dos EUA nos países latino- americano. Os assistentes sociais receberam bolsas de estudos dos EUA para qualificar o seu agir profissional, dessa ação resultou a implantação da base teórica funcionalista no Brasil. Vale salientar que, não houve uma ruptura radical com a Igreja Católica, a filosofia neotomista e o funcionalismo agiam de forma articulada. Novos modelos de prática foram importados nesse período como o Serviço Social de Caso, Comunidade e Grupo. (AGUIAR, 1995)

Na década de 50 o Serviço Social se regulamenta seu ensino através da Lei nº 1.889, a profissionalização e desenvolvimento da profissão é fruto do pós- guerra, sob liderança norte- americana que agia no intuito de combater os ideais comunistas. (IAMAMOTO, 2006) Nos anos 60 a profissão assume o movimento de reconceitualização e os assistentes sociais passaram questionar a natureza e operacionalização do Serviço Social. Esse movimento surge com o objetivo de superar o Serviço Social Tradicional implantado pelos EUA e Europa. De início foi pensado na inserção de novos instrumentos, sem modificar o referencial teórico. Posteriormente, surgiu a mudança do referencial para a teoria social marxista. (AGUIAR, 1995)

Já os anos 80 foram marcados pelo processo de redemocratização do país, no âmbito da profissão Serviço Social esta adota a teoria social marxista, como resultado

¹⁴ Período histórico de rivalidade entre os Estados Unidos que defendia o modelo capitalista e a União Soviética com o modelo socialista.

do movimento de reconceitualização. (AGUIAR, 1995) A partir desse momento muda-se o olhar diante da questão social, esta é entendida como fruto das relações antagônicas entre capital e o trabalho.

A partir dos anos 80, o Serviço Social vem se especializando como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. A profissão é considerada profissão liberal portadora de diretrizes norteadoras como o Código de Ética Profissional de 1993 e a Lei Regulamentadora da profissão de 1993. Entretanto, constitui-se como trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho para algumas entidades. O Serviço Social é um trabalho social inserido nas relações de produção e reprodução da vida social ou das relações sociais, no âmbito das relações entre Estado e sociedade civil e os movimentos das classes sociais. (IAMAMOTO, 2006)

Desde a implantação do Serviço Social seu objeto de intervenção sempre foi a questão social, tais como esta se expressa na vida dos indivíduos, das famílias, nas políticas da Saúde e da Assistência Social, entre outras. A crise do modelo capitalista nos anos 70 ocasionou profundas mudanças nas formas de produção e gestão de trabalho: alterações na relação Estado e sociedade, mundialização do capital, instauração da lógica financeira e a instauração do padrão fordista/ taylorista. Essas mudanças estabeleceram um novo estágio de acumulação e novas configurações da questão social. (IAMAMOTO, 2006)

As mudanças da relação entre sociedade e Estado, são orientações pela instauração do modelo neoliberal, que estabeleceu entre suas medidas o um Estado mínimo diante da questão social, como forma de contenção de gastos. Essa proposta ocasionou políticas sociais mais focalizadas, descentralizadas e privatizadas. (IAMAMOTO, 2006) Nesse cenário os assistentes sociais trabalham em um contexto exposto por limites e possibilidades profissionais.

Os assistentes sociais tem, entre suas diversas atribuições, a elaboração, execução e avaliação de políticas públicas, além da assessoria a movimentos sociais e populares. A história da profissão demonstra um passado no qual a questão social era tratada como problema do indivíduo, através de práticas conservadoras. No caso da política de Assistência Social, o fato de não se configurar como política pública antes da CF/ 88 permitiu reforçar essas práticas, mas isso não se deu sem que houvesse um esforço profissional na luta pela conquista junto à CF/ 88, por exemplo.

A consolidação do processo coletivo de trabalho de assistentes sociais na política de Assistência Social não está desvinculada das lutas pela garantia de um Estado democrático, comprometido com os direitos da classe trabalhadora. Isso porque a intervenção profissional não se realiza nem pode ser tratada como responsabilidade individual dos/as trabalhadores/as. (CFESS, 2009, p.30)

Na atualidade o assistente social deve ter sua atuação sob a perspectiva de totalidade, baseada na análise crítica da realidade social, na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais que geram as desigualdades sociais. Ou seja:

A intervenção orientada por esta perspectiva crítica pressupõe a assunção, pelo/a profissional, de um papel que aglutine: leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os/as trabalhadores/as, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos. (CFESS, 2009, p.18)

Dessa forma, esses profissionais devem se afastar de práticas psicoterapêuticas à indivíduos e famílias, e atuarem sob uma perspectiva de orientação social, com o intuito de acesso dos indivíduos e da universalidade dos direitos sociais. (CFESS, 2009)

No âmbito da política de Assistência Social, os profissionais contribuem com ações realizadas coletivamente no enfrentamento a situações de vulnerabilidade social, com vistas a reafirmar seu projeto profissional pautado em uma nova sociedade que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida. É claro que desenvolver as ações não asseguram uma mudança na sociedade, mas possibilita dar acesso ao que é garantido pelo Estado. Esse trabalho também não é realizado individualmente. A legislação e as normas técnicas asseguram o trabalho do assistente social em equipe interdisciplinar que

[...] deve ser orientado pela perspectiva de totalidade, com vistas a situar o indivíduo nas relações sociais que têm papel determinante nas suas condições de vida, de modo a não responsabilizá-lo pela sua condição sócioeconômica. O Código de Ética Profissional de assistentes sociais, por exemplo, estabelece direitos e deveres que, no âmbito do trabalho em equipe, resguardam-lhes o sigilo profissional, de modo que estes/as não podem e não devem encaminhar a outrem informações, atribuições e tarefas que não estejam em seu campo de atuação. Por outro lado, só devem compartilhar informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o seu

caráter confidencial, assinalando a responsabilidade, de quem as receber, de preservar o sigilo. Na elaboração conjunta dos documentos que embasam as atividades em equipe interdisciplinar, psicólogos/as e assistentes sociais devem registrar apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho. (CFESS, 2009, p.26)

Vale ressaltar, que é de suma importância para efetivação do trabalho do assistente social em equipe interdisciplinar, a criação e manutenção de espaços de debates, “que possibilitem a discussão e reflexão dos referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam o trabalho profissional e propiciem avanços efetivos, considerando as especificidades das demandas, das equipes e dos/as usuários/as”. (CFESS, 2009, p.26)

Não se trata de um processo simples, pois:

A construção do trabalho interdisciplinar impõe aos/as profissionais a realização permanente de reuniões de planejamento e debates conjuntos, a fim de estabelecer as particularidades da intervenção profissional, bem como definir as competências e habilidades profissionais em função das demandas sociais e das especificidades do trabalho. Balizados pelos seus Códigos de Ética, Leis de Regulamentação e Diretrizes Curriculares de formação profissional, os/as profissionais podem instituir parâmetros de intervenção que se pautem pelo compartilhamento das atividades, convivência não conflituosa das diferentes abordagens teórico- metodológicas que fundamentam a análise e intervenção da realidade e estabelecimento do que é próprio e específico a cada profissional na realização de estudos socioeconômicos, visitas domiciliares, abordagens individuais, grupais e coletivas. (CFESS, 2009, p. 26)

A formação crítica dos assistentes sociais possibilitam o debate do reconhecimento e defesa do papel da política de Assistência Social e outras políticas sociais, com a finalidade de garantia dos direitos e a melhoria da condição de vida dos indivíduos e famílias em situação vulnerabilidade social. Além de, na sua atuação não superestimar:

[...] suas possibilidades e potencialidades no enfrentamento das desigualdades sociais, gestadas e cimentadas nas determinações macroeconômicas que impedem a criação de emprego, redistribuição de renda e ampliação dos direitos. Da mesma maneira, têm um papel fundamental na compreensão e análise crítica da crise econômica e de sociabilidade que assola o Brasil e o mundo. Essa crise é fortemente determinada pela concentração de renda e expressa-se nos altos índices de desemprego, violência, degradação urbana e do meio ambiente, ausência de moradias adequadas, dificuldade de acesso à saúde, educação, lazer e nas diferentes formas de violação dos direitos. (CFESS, 2009, p.27 e 28)

O Código de Ética da profissão estabelece que o assistente social deve zelar pelo sigilo profissional em sua atuação, dessa forma isso também um dever em Instituições de acolhimento, na qual deve contar um local de trabalho que permita a inviolabilidade do trabalho e dos arquivos. Como ressalta um dos entrevistados:

O espaço aqui é bom, tem uma sala só para a gente, tem um computador, com ar condicionado, muitas vezes o local que a gente, pelo menos o que eu já passei, a estrutura era péssima, recentemente aqui teve uma reforma no Abrigo [...] tem nossa sala, a nossa sala de atendimento que a gente consegue atender e da privacidade e sigilo a família. [...] (Entrevistado A.S. 3)

A atuação do Serviço Social deve velar pela qualidade do serviço prestado aos usuários, através do aprimoramento do conhecimento da política de Assistência Social e das leis que regem as unidades de acolhimento institucional. No seu exercício profissional, deve agir com autonomia, tendo liberdade de recusar-se a realizar atribuições que não condizem com suas. (CFESS, 2009)

2.2. Atribuições do Serviço Social em serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: na perspectiva do documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”.

Nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes os assistentes sociais fazem parte da equipe técnica estabelecida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB- RH-SUAS) e trabalham para garantir a viabilização do direito à convivência familiar e comunitária.

O documento de “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (2009) estabelece que a equipe técnica deve ser formada por profissionais de nível superior, com devida experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco. Também é estabelecido que equipe com cada dois profissionais atenderá até 20 acolhidos e sua carga horária será de 30 horas semanais. (BRASIL, 2009, p. 70)

O documento também estabelece as atividades desenvolvidas por cada profissional do serviço de acolhido, no caso do assistente social, esse tem por responsabilidade, o acompanhamento psicossocial dos acolhidos e suas famílias, com a finalidade de reintegração familiar.

Então a gente precisa também fazer a reinserção da família nesse processo. Então, assim, não é um trabalho apenas com a criança e adolescente que está aqui dentro, mas é um trabalho com todo um contexto social de inserção mesmo, tanto da criança, tanto do adolescente, quanto da família e muitas vezes da comunidade para aonde essa criança, esse adolescente está retornando. (Entrevistado A.S. 1)

o assistente social é trabalha com tudo isso, ele verifica as demandas, acompanha a família da criança e do adolescente, acompanha a criança também [...] (Entrevistado A.S.2)

a gente precisa trabalhar com família, ver quais são as limitações, quais são as possibilidades que aquela família tem e aí junto com a família tentar desenvolver um trabalho que fala essa criança saia o mais rápido possível da situação de acolhimento. (Entrevistado A.S.3)

No exercício profissional do assistente social nessas instituições também se pode destacar o “apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores e demais funcionários”, “capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores residentes e demais funcionários” e “apoio na seleção dos cuidadores/ educadores e demais profissionais” (BRASIL, 2009, 71).

a gente trabalha com vários profissionais que não tem o nível de escolaridade de técnico. Então a gente muitas coisas a gente tem que trabalhar com eles, né. Muitas vezes temos que explicar porque algumas coisas não podem ser repassadas devido a questão do sigilo profissional. [...] (Entrevistado A.S. 1)

E temos também a parceria, parceria vamos dizer, colaboradores daqui. Temos educadores, temos apoios, tem a coordenação, tem oficial administrativo. (Entrevistado A.S. 2)

Referente à articulação intersetorial, esta é baseada em encaminhamentos, discussões e planejamentos com outros profissionais da rede de serviços e do SGD, na finalidade de acompanhamento do acolhido e de sua família. Esse trabalho cria possibilidades de garantir o melhor tempo do acolhido na Instituição.

A gente utiliza a rede, a gente entre em contato com o CRAS, o CREAS dependendo do caso, com a unidade de saúde, com o CAPS. Para que as crianças saiam daqui tem que mobilizar a rede, independentemente da situação, tentar para que essa criança fique o menor tempo possível. [...] (Entrevistado A.S.3)

[...] a gente realiza muitos atendimentos sociais, atendimento psicossociais, realizamos visitas domiciliares, visitas institucionais, muitos contatos com a rede, seja com a saúde, com a educação, com cultura ou lazer, com a Justiça, realizamos muitas visitas em delegacias. (Entrevistado A.S.2)

Ainda pode-se citar que a assistente social nas instituições de acolhimento elaboram encaminhamento e discussões com a autoridade judiciária e o Ministério Público, em forma de relatórios que detalham a situação dos casos, a possibilidade ou não de reintegração familiar, a necessidade de novas medidas, além do posicionamento, em casos especiais, de encaminhamento para adoção. Também é de responsabilidade do Serviço Social a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA)

Elaboramos relatórios sempre que necessário, não se tem uma questão de período, a cada dois meses, a cada três meses, a priori é sempre que necessário, pode ser com pouco tempo ou pode ser a longo prazo, vai depender de cada situação. (Entrevistado A.S.2)

realiza relatórios, PIAS, entra em contato com o Conselho tutelar e aí fazemos visitas domiciliares e institucionais. [...](Entrevistado A.S.3)

Outro ponto é a participação dos assistentes sociais nas audiências concentradas, como forma de garantir a provisoriedade do acolhimento:

Participamos de audiências, somos convocados/ intimadas. O oficial de Justiça vem e intima para participar de audiências concentradas também que é a cada seis meses e que é para avaliar a situação dos meninos, se vai ser reinserido ou não, no seio familiar, seja de origem, ou seja, substituta. (Entrevistado A.S.2)

Ou a criança sai sem precisar de audiências ou então a gente participa das audiências concentradas, audiências pontuais que no decorrer ocorre objetivando a saída da criança de forma segura, não de qualquer jeito, por isso que as vezes demora um pouquinho, a gente precisa trabalhar com família, ver quais são as limitações, quais são as possibilidades que aquela família tem e aí junto com a família tentar desenvolver um trabalho que fala essa criança saia o mais rápido possível da situação de acolhimento. (Entrevistado A.S.3)

O assistente social também participa do preparo dos acolhidos para o desligamento e a reconstrução dos vínculos afetivos entre os atores envolvidos, esse processo deve ser realizado em parceria com os demais profissionais da Instituição, em especial os cuidadores que estão em contato direto com esses indivíduos. Em casos de encaminhamento para famílias substitutas, os assistentes sociais agem de forma mediadora, com objetivo de construção de vínculos. (BRASIL, 2009)

2.3. O lugar e os sujeitos da pesquisa

O município de Aracaju é a capital do Estado de Sergipe e atua com autonomia política, financeira e administrativa. A política de Assistência Social do município é gerenciada pela Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (SEMFAS).

A estrutura da política de Assistência Social no município de Aracaju é constituída da seguinte forma¹⁵:

Tabela 01: PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

CRAS Antônio Valença Rollemberg (1º Distrito)
CRAS Benjamim Alves Carvalho (1º Distrito)
CRAS Santa Maria (1º Distrito)
CRAS Madre Tereza de Calcutá (2º Distrito)
CRAS Enedina Bonfim (3º Distrito)
CRAS Porto D´Antas (4º Distrito)
CRAS Risoleta Neves (4º Distrito),
CRAS Pedro Averan (4º Distrito),
CRAS Coqueiral (4º Distrito),
CRAS Carlos Hadman Cortês (5º Distrito),
CRAS Terezinha Meira (5º Distrito),
CRAS Dr. Carlos Fernandes de Melo (5º Distrito),
CRAS Prof. Gonçalo Rollemberg Leite (5º Distrito)
UNIDADE SÓCIO-EDUCATIVA São Conrado

Tabela 02: PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

CREAS Maria Pureza
CREAS Viver Legal
CREAS São João de Deus
CENTRO Pop (Centro Especializado para Pessoas em Situação de Rua)

Tabela 03: PROTEÇÃO DE ALTA COMPLEXIBILIDADE

CASA de Passagem Acolher (serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias em situação de rua)
Abrigo masculino Caçula Barreto
Abrigo feminino Marinete Alves

¹⁵ Informações retiradas do site oficial da Prefeitura Municipal de Aracaju.

Abrigo Sorriso (para crianças de 0 a 06 anos de ambos os sexos)

O município de Aracaju porta CRAS, CREAS, CENTRO POP, Unidade Sócio Educativa, Casa de Passagem e Abrigos Institucionais. Referente aos abrigos institucionais para crianças e adolescentes, esses ainda são divididos por faixa etária e sexo. O município não conta com Instituições de Acolhimento denominadas de República¹⁶ e as Casas Lares ainda estão em processo de organização.

Referente aos Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes, A NOB- RH-SUAS (BRASIL, 2006) determina que os profissionais devem ter o seguinte perfil:

- Coordenador: deve portar nível superior ou médio, atender até 20 usuários acolhidos. A instituição pode possuir até no máximo 2 profissionais.
- Cuidador: deve possuir nível médio e qualificação específica. Um profissional deve até dez usuários, por turno. A quantidade deve ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica.
- Auxiliar de cuidador: deve portar nível fundamental e qualificação específica. Um profissional para até dez usuários, a quantidade desses profissionais deverá aumentar se houver alguma demanda específica.
- Equipe de técnica:
 - a. Assistente social: deve portar nível superior. Um profissional deve atender até no máximo vinte usuários acolhidos.
 - b. Psicólogo: deve portar nível superior. Um profissional deve atender até no máximo vinte usuários acolhidos.

Os profissionais intitulados de cuidadores/ educadores deverão trabalhar em turnos diários fixos a fim de desenvolvam sempre as mesmas atividades de rotina com os acolhidos.

Os trabalhadores desse equipamento devem seguir as seguintes tarefas estipuladas pelo documento de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes (BRASIL, 2009, p. 70 a 72):

¹⁶ Instituições de acolhimento para jovens de 18 a 21 anos, de ambos os sexos que foram desligados dos serviços de Abrigos Institucionais ou Casas- Lares.

- Coordenador: gestão da unidade, elaboração do projeto político-pedagógico do serviço, seleção e contratação dos trabalhadores, além da supervisão do serviço, articulação com a redesocioassistencial e com o SGD.
- Equipe Técnica: elaboração em conjunto com outros profissionais e colaboradores do Projeto Político Pedagógico do serviço, acompanhamento das famílias e dos acolhidos, visando a reintegração familiar, apoio na seleção dos cuidadores/ educadores e demais funcionários. Capacitação e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores, cuidadores e demais funcionários. Encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com profissionais da rede e o SGD referente as intervenções realizadas com os acolhidos e suas famílias. Organização das informações dos acolhidos e suas famílias em um prontuário individual. Elaboração, encaminhamento e discussão de relatórios semestrais sobre a situação dos acolhidos. Preparação da criança e do adolescente no processo de desligamento, em conjunto com outros profissionais da instituição (cuidador/ educador). E mediação com auxilia dos cuidadores e educadores do processo de fortalecimento de vínculos familiares, entre os acolhidos e a família de origem ou, em casos excepcionais, com família substituta.
- Educador/ cuidador: cuidados básicos, organização do ambiente, auxílio à criança e ao adolescente para lidar com a sua história, fortalecimento da auto- estima e construção de identidade, acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros requisitados no cotidiano e o apoio na preparação do acolhido para o desligamento, sendo orientado e supervisionado por um profissional de nível superior.
- Auxiliar de educador/ cuidador: auxílio as funções do cuidador e cuidados com organização e limpeza do ambiente, preparação dos alimentos, dentre outros.

A pesquisa foi realizada nos três Abrigos institucionais para crianças e adolescentes da cidade de Aracaju: Abrigo feminino Marinete Alves, Abrigo Sorriso para crianças de 0 a 06 anos de idade de ambos os sexos e Abrigo masculino Caçula Barreto. Nessas instituições foram entrevistados três assistentes sociais que fazem parte

da equipe técnica psicossocial das Instituições. Para garantir o sigilo e o anonimato dos sujeitos serão utilizadas a sigla (A.S. 1), (A.S. 2) e (A.S. 3) . O instrumento utilizado para coleta dos dados foi entrevista com roteiro estruturada¹⁷, com perguntas objetivas e subjetivas, a fim de que os profissionais tivessem liberdade para pontuarem os desafios que permeiam a profissão nos Abrigos. Os entrevistados foram convidados a participar da pesquisa de forma voluntária onde foi utilizado uso do documento Termo de Consentimento e solicitação de permissão para gravação. A pesquisa atingiu 100 % dos Abrigos municipais, em vista que o município possui apenas três instituições, isso colaborou para que fosse possível ter uma visão geral do assunto.

2.3.1. Perfil dos profissionais do Serviço Social das Instituições de Acolhimento para crianças e adolescente do município de Aracaju:

Gráfico 1: Sexo

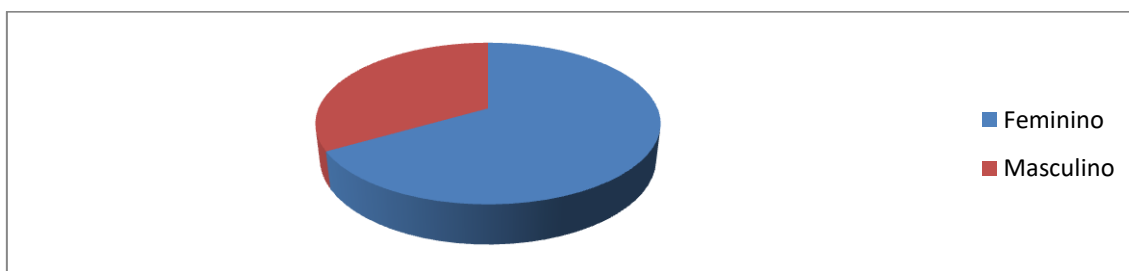


Gráfico 2: Idade

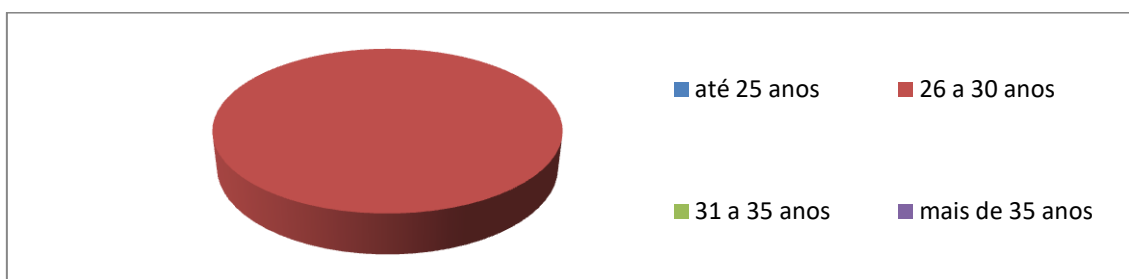


Gráfico 3: Formação profissional

¹⁷ Ver apêndice 02

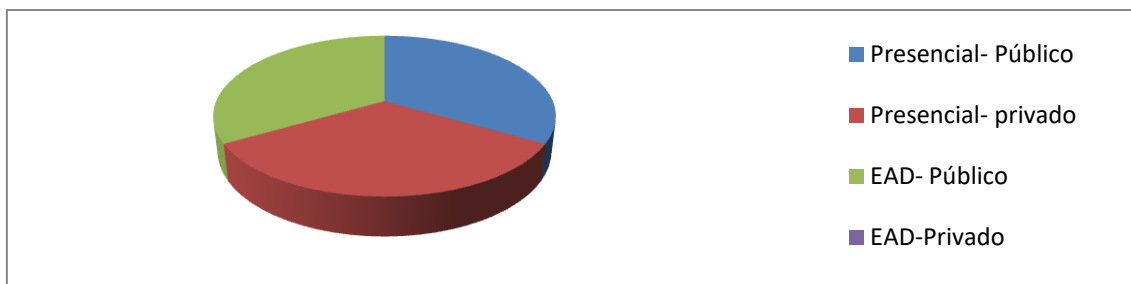


Gráfico 4: Tempo de atuação como profissional do Serviço Social

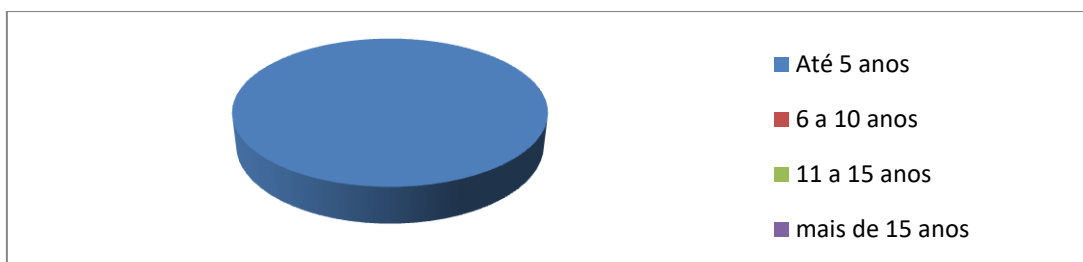


Gráfico 5: Nível de formação profissional

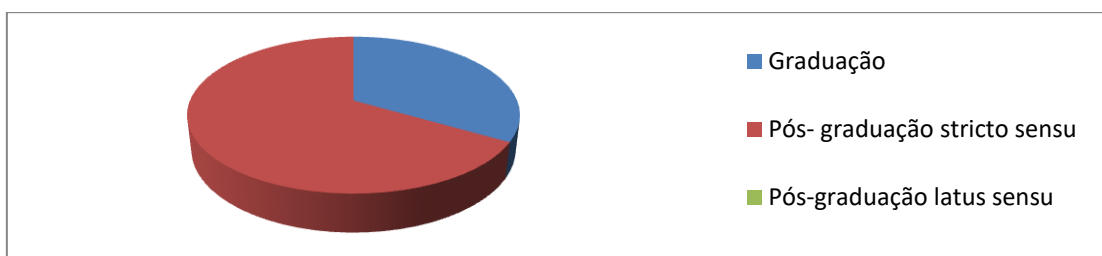


Gráfico 6: Orientação religiosa

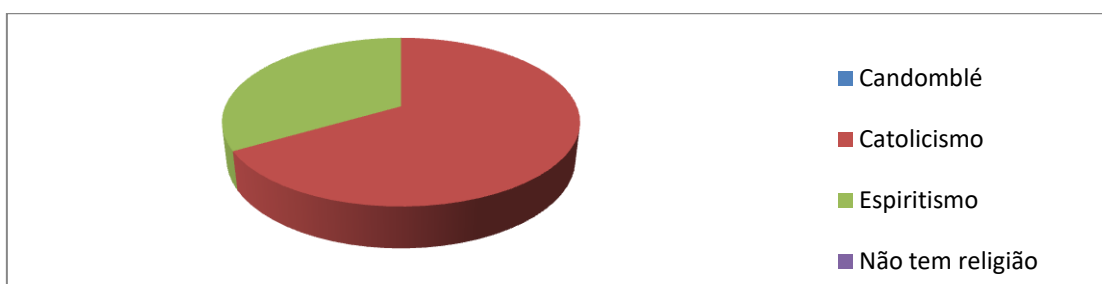


Gráfico 7: Passou por capacitação ao ser inserido no serviço

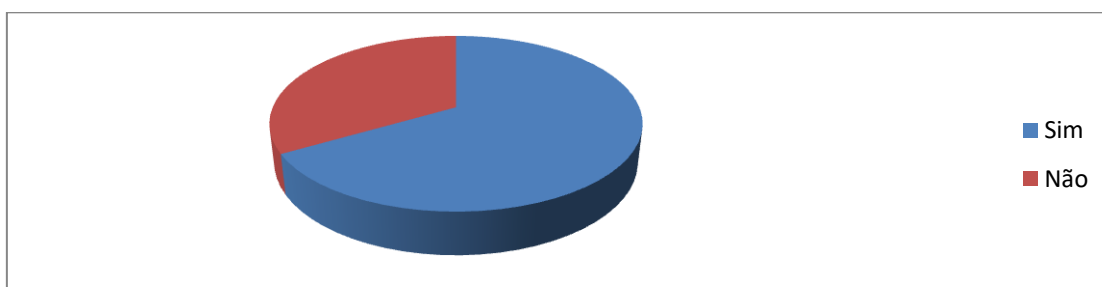


Gráfico 8: Renda pessoal

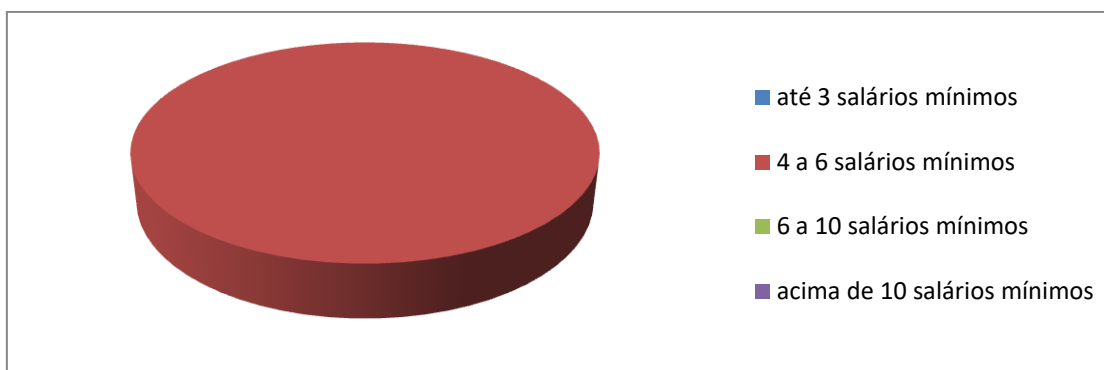


Gráfico 09: Renda Familiar

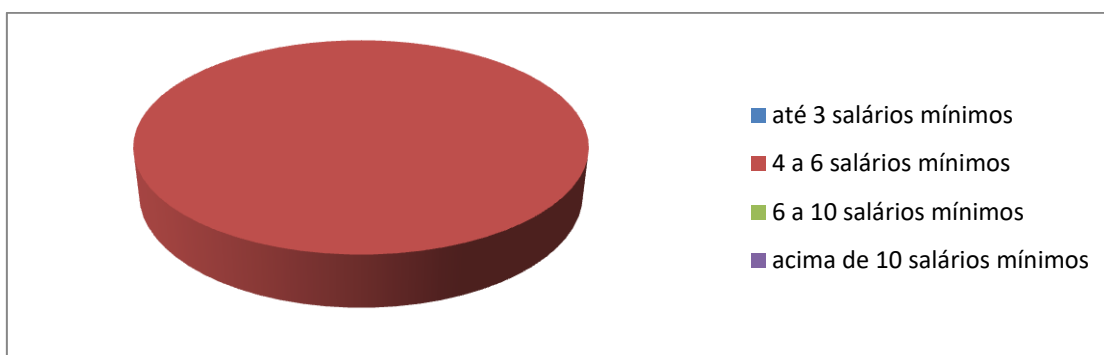
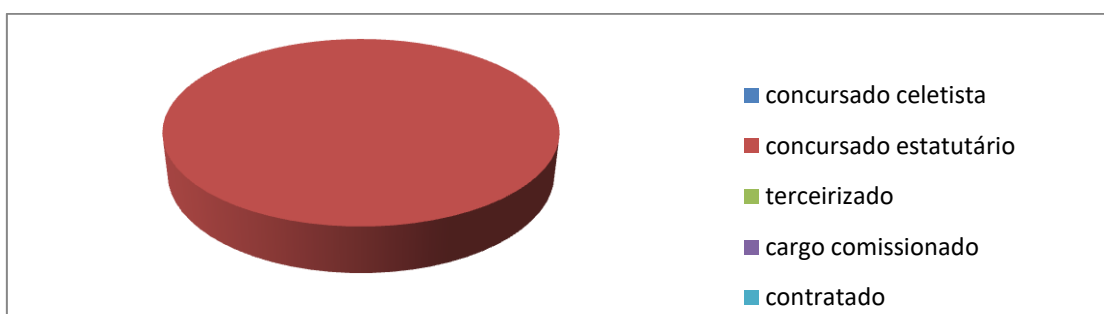


Gráfico 10: Vínculo Trabalhista



Analisando os gráficos apresentados, percebemos que o perfil dos profissionais do Serviço Social das instituições de acolhimento institucional para crianças e adolescentes do município de Aracaju é composto majoritariamente por indivíduos do sexo feminino (66,6 % são do sexo feminino e 33,3% do sexo masculino), estando todos eles na faixa etária dos 26 a 30 anos. Questionados sobre suas praticas religiosas 66,6 % dos profissionais afirmaram serem praticantes do catolicismo e os 33, 3 % declararam-se espíritas.

Com relação a sua formação profissional, 33,3% dos entrevistados graduaram-se em modalidade presencial-público, 33,3% dos entrevistados graduaram-se em modalidade presencial-privado e 33,3% em ensino à distância público (EAD). Com relação ao grau de especialização, podemos afirmar que 66,6% dos indivíduos possuem pós-graduação *stricto sensu* e os 33,3% restante possuem apenas graduação.

Todos os entrevistados atuam como profissional do Serviço Social por no máximo 5 anos. Do total de profissionais em atuação, 33,3% não passaram por nenhum processo de capacitação ao ser inserido na instituição, com relação à renda individual todos os entrevistados declaram possuir renda individual entre 4 a 6 salários mínimos. Referente à renda familiar, todos os entrevistados também declaram possuir entre 4 a 6 salários mínimos.

Todos os profissionais são estatutários e foram admitidos através de concurso público.

2.4. Desafios profissionais para garantia do direito à convivência familiar e comunitária nos Abrigos municipais de Aracaju

As mudanças referentes à forma de tratamento a proteção à criança e adolescente ocorreram a partir da Constituição Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, uma vez que esses segmentos os reconhecem como sujeitos de direito e em pleno desenvolvimento. Entretanto, o cenário atual ainda demonstra um quadro de desafios.

A pesquisa “Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC” realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2003 através das entidades cadastradas na Rede de Serviços de Ação Continuada (Rede SAC)¹⁸ demonstrou que o período de institucionalização dos acolhidos entre 2 e 5 anos é de 32,9%, entre seis e dez anos é de 13,3% e mais de dez anos é de 6,4%. Além de que, contrariando o senso comum 86,7% crianças e adolescentes acolhidas possuem família, sendo que 58,2% mantêm vínculos afetivos e recebem visitas dos familiares, 22,7% não mantêm vínculos e 5,8% não possuem contato por razão judicial. As

¹⁸ Pesquisa realizada em 589 abrigos que compõe a Rede SAC.

crianças e adolescentes “sem família” ou com “família desaparecida” é de apenas 11, 3 %. (SILVA, 2004)

A pesquisa também apontou que 52% dos motivos que geram o ingresso de crianças e adolescentes nas instituições são causadas pela situação de pobreza. Vale citar que, ECA impõe no artigo 23 (BRASIL, 1990, p. 06) que “a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar”, sendo o necessário o encaminhamento dessas famílias à “serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção”, como forma de emancipação e fortalecimento dos vínculos familiares.

Referente a esse quesito, Silva (2004) indica que:

a pobreza, ao aumentar a vulnerabilidade social das famílias, pode potencializar outros fatores de risco, contribuindo para que crianças e adolescentes mais pobres tenham mais chances de ver incluídos na sua trajetória de vida episódios de abandono, violência e negligência. A condição socioeconômica precária das famílias, ao impor maiores dificuldades para a sobrevivência digna do grupo familiar, funcionaria como um elemento agravante e desencadeador de outros fatores de risco preexistentes (SILVA, 2004, p. 46)

Rizzini (2007) ressalta que na atualidade as políticas públicas ainda não asseguram os mínimos sociais para as famílias em situação de vulnerabilidade social, sendo esse um problema:

parte do quadro brasileiro mais amplo de desigualdades socioeconômica, comprometendo a garantia de direitos básicos de todos os cidadãos e, em particular, das crianças e adolescentes. (RIZZINI, 2007, p. 23)

Sobre a situação judicial dos acolhidos, a pesquisa do IPEA demonstrou que 54,6 % das crianças e adolescentes não apresentavam processos nas Varas da Justiça, não obedecendo ao que é determinado pelo ECA no artigo 93 , que estipulava o período de dois dias úteis para a notificação do acolhimento. (SILVA, 2004) Esse período foi modificado pela Lei nº 12.010¹⁹, que estabelece a mudança para 24 horas.

¹⁹ ~~Art. 93. As entidades que mantenham programas de abrigo poderão, em caráter excepcional e de urgência, abrigar crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato até o 2º dia útil imediato.~~

Art. 93. As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Os dados da pesquisa no âmbito nacional também demonstraram que mais de 63 % das crianças e adolescentes acolhidas são da raça negra, 35 % são brancos e 2 % indígenas. Isso evidencia que:

[...] as chances de uma criança negra ser institucionalizada são muito maiores do que de uma criança branca, já que a primeira provavelmente é mais pobre. As carências materiais sofridas pelas famílias de baixa renda impõem dificuldades adicionais para a sobrevivência do grupo, ampliando as chances de crianças e adolescentes pobres passarem por períodos de institucionalização. Desta forma, pode-se dizer que as condições sociais em que vive a população negra no Brasil são a principal causa da maior incidência delas nas instituições de abrigo pesquisadas. (SILVA, 2004, p. 54)

Analisando os Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes do município de Aracaju nota-se que estes são divididos por sexo e faixa etária, o que ocasiona, em alguns casos, o desmembramento dos irmãos no processo de acolhimento. Esse ponto se mostra um desafio ao que está estabelecido na legislação, visto que o documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, estabelece que os acolhidos não devem ser “separados ao serem encaminhados para serviço de acolhimento, salvo se isso for contrário a seu desejo ou interesses ou se houver claro risco de abuso, tendo em vista o melhor interesse da criança e do adolescente” (BRASIL, 2009, 52).

A pesquisa realizada com os profissionais do Serviço Social, que fazem parte da equipe técnica dos Abrigos municipais de Aracaju, indicou os seguintes desafios para a viabilização do direito à convivência familiar e comunitária: profissionais sem capacitação adequada, desinteresse da família de origem pelo acolhido, evasão dos acolhidos, uso equivocada da medida de acolhimento por parte dos profissionais do Conselho Tutelar, falta de articulação com rede socioassistencial, demora no processo de destituição familiar e a falta de informações na Guia de acolhimento.

O trabalho com outros profissionais da instituição, através de apoio e acompanhamento, é uma das atribuições técnicas do assistente social em Abrigos.

Parágrafo único. Recebida a comunicação, a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público e se necessário com o apoio do Conselho Tutelar local, tomará as medidas necessárias para promover a imediata reintegração familiar da criança ou do adolescente ou, se por qualquer razão não for isso possível ou recomendável, para seu encaminhamento a programa de acolhimento familiar, institucional ou a família substituta, observado o disposto no § 2º do art. 101 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência (BRASIL, ECA, 1990 ,p, 23)

Entretanto, a falta de capacitação dos profissionais se torna um desafio, como ressalta um dos entrevistados:

[...] muitas vezes as cuidadoras que vem para cá não tem perfil para ta aqui. Então é um trabalho continuado de mostrar qual o papel na Instituição, que elas também são responsáveis com a criança, com relação aos cuidados, com a relação à aprendizagem. Que assim, quando as crianças saem do seu convívio familiar e vem para cá, a gente assume esse papel na questão da educação e da orientação. Até porque a vida da criança não para quando chega no Abrigo, ela continua se desenvolvendo e ela precisa aprender. Então, as cuidadoras estão diretamente em contato com as crianças que as vezes demora e as vezes é rápida a saída da criança. . Então, todo esse período de desenvolvimento da criança é preciso preparo das cuidadoras e isso não acontece. (Entrevistado A.S. 1)

Cabe destacar para entendimento que, os cuidadores desempenham as seguintes funções nas Instituições de acolhimento: cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção, organização do ambiente, auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto- estima e construção da identidade, apoio no processo de desligamento, acompanhamento no serviços de saúde, escola, entre outros e organização de registros da criança como forma de preservar sua história.(Documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, 2009, p.66) Dessa forma, é fundamental que esses profissionais tenham capacitação adequada antes de serem inseridos no serviço e depois de forma continuada.

Os Abrigos municipais de Aracaju também enfrentam a problemática do uso da medida de acolhimento realizada de forma equivocada. Apesar da legislação determinar que todo acolhimento institucional deve ser subsidiado por um estudo diagnóstico , realizado por uma equipe interprofissional em articulação com o Conselho Tutelar, Justiça da Infância e da Juventude e equipe de referência do órgão Gestor da Assistência Social, que analise todos os motivos sendo observado todos os riscos que a criança e o adolescente estão expostos.

A criança e o adolescente é acolhido por dois viés, o primeiro é o poder Judiciário que é a 16º Vara, o Juizado da Infância e da Juventude, e o segundo pelos Conselhos Tutelares, né. Aqui em Aracaju a gente tem seis distritos. O que acontece, alguns abrigamentos são realizados de forma, vamos dizer assim, não errada, mas eu acredito que seja distorcida no entendimento, em sentido de que no ECA. Tem lá no estatuto que o abrigamento tem que ser em último caso [...] mas existem casos que a gente percebe que esse papel de buscar familiares, seja na família de origem, seja na família extensa, não é feito pelos Conselhos Tutelares de Aracaju, não vou

dizer que são todos, mas alguns sim. Aí o que acontece, trás logo para o Abrigo, abriga e depois que entra numa instituição de acolhimento para sair demora um pouco, porque tem processo, envolve muita gente. (Entrevistado A.S. 2)

O encaminhamento de crianças e adolescentes para as instituições de acolhimento do município são feitos pela 16ª Vara Cível da Infância e Juventude da Comarca de Aracaju e pelos Conselhos Tutelares²⁰ da Capital. Ressalta-se que a falta de capacitação dos conselheiros e o desentendimento por eles do que é a medida de acolhimento institucional ocasionam outra forma de violação de direito que é da criança e do adolescente serem criados em um seio familiar. Além de outros prejuízos causados ao desenvolvimento humano da criança e do adolescente no processo de institucionalização. Um entrevistado frisou que:

Alguns casos já chegou, vamos dizer, familiar sem saber onde a criança tava, ou o adolescente tava, desesperado sem saber onde eles estão e com familiar querendo eles. É um acolhimento feito de forma errada, que acolhimento é em último caso. Um desgaste você está dizendo qual é o papel do Conselho Tutelar e qual o papel do Abrigo. (Entrevistado 2)

As instituições de acolhimento de criança e do adolescente no município também enfrentam o desafio da ausência de informações nas Guias de Acolhimento ou até a falta da Guia no processo de recebimento do acolhido.

Uma das dificuldades é a questão das informações das crianças por aqui. Por exemplo, uma criança chega com nada, Então às vezes o Conselho Tutelar ele trás a criança e não dá um termo, a gente tem que ta correndo atrás. Por exemplo, toda criança tem que entrar com a Guia de Acolhimento, mas a Guia de Acolhimento acaba sendo algo burocrático mesmo, porque não trás nenhuma informação, não trás nem endereço. Então a gente tem que ta buscando, correndo atrás para ver se agente consegue entender o motivo real que ocasionou o acolhimento. Muitas das vezes que vem com a Guia vem falando só situação de risco e situação de risco poder ser diversas coisas. Então a gente tem que ir buscar. (Entrevistado 1)

Vale destacar que o ECA, no Artigo 101, determina que a criança e o adolescente ao ser acolhimento nessas instituições devem portar uma Guia de Acolhimento constando:

²⁰ A definição de Conselho Tutelar está descrita no ECA (BRASIL, 1990, p. 32) no artigo 131, onde determina que esse equipamento é “é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente”, isso demonstra a importância e a responsabilidade desses profissionais para a efetivação da política de proteção à criança e do adolescente.

I- sua identificação e a qualificação completa de seus pais ou de seu responsável, se conhecidos;

II- o endereço de residência dos pais ou do responsável, com pontos de referência;

III- os nomes de parentes ou de terceiros interessados em tê- los sob sua guarda;

IV- os motivos da retirada ou da não reintegração ao convívio familiar; (BRASIL, 1990, p. 26)

O trabalho com a rede sociassistencial também foi mencionado como um dos desafios. A legislação determina que as Instituições de acolhimento devem atuar de forma articulada no âmbito do SUAS, no Sistema Único de Saúde (SUS), no Sistema Educacional, e de outras políticas públicas e demais órgãos do SGD, a fim de acompanhamento e amparo da família de origem e dos acolhidos. Entretanto, foi relatado que:

A rede ainda é muito frágil, às vezes a gente encaminha e não consegue, é todo um trabalho. Então, um dos desafios é a articulação com a rede. A gente tenta realizar um trabalho de articulação, mas muitas vezes a rede ainda é muito frágil. (Entrevistado A.S.1)

Também foi exposto que o trabalho da rede sociassistencial ainda é ineficiente, visto que muitas famílias em situação de vulnerabilidade não passam pelos equipamentos de proteção baixa complexidade e média complexidade antes de serem encaminhados nível de alta complexidade.

Muitas vezes não chegam nem ao CREAS, já chega direito para a Instituição e agente já tem uma outra grande problemática, os órgãos da criança e do adolescente eles não dialogam entre si. Muitas vezes uma criança chega na Instituição de acolhimento sem antes ter passado por todos os serviços da proteção básica. Mas aí você me pergunta: "Mas uma criança para ser acolhida ela tem que passar necessariamente por todos os serviços?" Não! Mas tem casos que não é caso de acolhimento. (Entrevistado A.S. 3)

Ou seja, o apoio as famílias através dos programas, serviços e projetos, com a finalidade de fortalecimento de vínculos e autonomia não ocorre com efetividade.

[...] se a gente conseguir fazer com que esse serviço aqui da proteção social básica ele funcione bem, a gente vai diminuir os casos na média complexibilidade e vamos diminuir a quase inexistência na alta complexibilidade nos Abrigos. (Entrevistado A.S. 3)

As instituições também enfrentam como desafio a demora nos processos judiciais. Os profissionais da equipe técnica encaminham relatórios a 16ª Vara Cível da

Infância e Juventude da Comarca de Aracaju informando a impossibilidade de reintegração familiar em família de origem e a destituição imediata, para que esse indivíduo possa ser inserido em família substituta, entretanto a concretização da decisão judicial é lenta, ocasionando prolongamento do período de institucionalização.

Outra coisa é a demora no processo de destituição, que demora muito. Essa é uma grande dificuldade com relação a adoção. Às vezes a criança chega aqui bebê e a gente já de cara visualiza que não tem possibilidade. A gente tenta buscar a família e já vê logo de cara que não tem possibilidade. A família não quer ou abandonou, ou até a família nunca nem apareceu aqui. Então o processo de destituição poderia ser mais rápido e a criança ser adotada logo. Porque quanto maior ela fica, mais diminuem as chances de adoção. Esse é um desafio, a demora do Juizado. (Entrevistado A.S.1)

O prolongamento desnecessário acarreta prejuízos para o desenvolvimento humano dos acolhidos, além de, nos casos de destituição, diminuir a possibilidade de inserção em família substituta. Silva (2004) destaca que:

[...] os danos causados pela institucionalização serão tanto maiores quanto maior for o tempo de espera, que interfere não só na adaptação em caso de retorno à família de origem, como nos casos de inserção em família substituta. (Silva, 2004, p. 64)

Outra problemática mencionada pelos entrevistados foi o desinteresse por parte família da origem em relação as crianças e adolescentes acolhidos.

[...] quando algum familiar não tem interesse mais naquela criança e no adolescente, isso não acontece muito com criança, acontece mais com adolescente. Porque alguns adolescentes quando eles chegam eles já esgotaram todas as possibilidades, vamos dizer assim de paciência com aquele familiar. Alguns familiares procuram o Conselho Tutelar para que esse menino seja abrigado como forma de punir e castigar [...] aí o Conselho vê a possibilidade de vê outro membro da família, quando não vê trás para o Abrigo. (Entrevistado A.S. 2)

Esses adolescentes ao serem inseridos nas instituições acabam evadindo, como destaca um dos entrevistados:

[...] Porque às vezes a gente recebe a criança e o adolescente, criança não, mais o adolescente, e ele não se adéqua, porque aqui no Abrigo tem regras, tem normas como qualquer casa, você tem hora para chegar da rua, você não pode sair desacompanhado, porque você é um menino que é um menino protegido, né. O menino que está no Abrigo está sobre medida protetiva, então você não pode deixar esse menino sair sem nenhum responsável, e eles às vezes não entendem isso, querem sair a qualquer custo, pula o muro e vai e foge, e quando foge passa dias para retornar, quando retorna aí procura o Conselho Tutelar

mais próximo, aí o Conselho vêm com um termo de entrega e entrega o adolescente. (Entrevistado A.S.2)

O avanço nas políticas para crianças e adolescente permitiu que o acolhimento institucional desses segmentos se tornasse algo excepcional e provisório, aplicado como forma de transição para reintegração familiar, seja em família de origem, ou em casos especiais, em família substituta. Entretanto, apesar dessa conquista, a garantia do direito de convivência familiar e comunitária ainda é um grande desafio.

2.5 Perspectiva do Serviço Social frente aos desafios a garantia do direito a convivência familiar e comunitária

A Lei que regulamenta a profissão de 1993 estabelece que o Serviço Social se posicione a favor da universalidade do acesso a bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, da equidade e justiça social. Sua atuação no âmbito das políticas sociais deve ser na elaboração, formulação e implementação. A defesa dos direitos da criança e do adolescente é um dever para a profissão.

Dessa forma, a garantia do direito à convivência familiar e comunitária é garantida pelo Serviço Social através da provisoriedade do acolhimento institucional, ou seja, todos os esforços devem ser feitos para que a criança e o adolescente retorno de forma segura a seu seio familiar.

Para garantir a provisoriedade do acolhimento, faz-se necessário o estímulo ao trabalho em rede com os operadores jurídicos (Defensoria, MP, Juizado), como forma de discutir e debater os casos dos acolhidos, e acelerar os processos judiciais. Como ressalta um dos entrevistados:

A gente até ta tentando fazer reuniões, ir lá, cobrar pessoalmente. Que a gente manda o PIAs, manda os relatórios e às vezes como são muitos processos acaba demorando e a gente vê, a gente percebe que indo lá, conversando com Defensora, com a Promotora, agiliza. Então a gente ta tentando criar uma rotina de ir lá, conversar dos casos pessoalmente, para ver se agiliza a saída das crianças. (Entrevistado A.S. 1)

A atuação dos assistentes sociais também se pauta na socialização de informações e saberes no campo dos direitos, das políticas públicas e da legislação social, direcionada a diversos segmentos. No caso de uma instituição de acolhimento, ressalta-se o

[...] trabalho de orientação e informação sobre garantia de direitos das pessoas de uma forma geral e aí perpassa tanto no trabalho com a equipe profissional que a gente tem, com os usuários, com as famílias dos usuários, com as pessoas da comunidade que tentam conhecer esse trabalho de orientação, de informação sobre o que é a Instituição. (Entrevistado A.S. 2)

Dessa forma, a informação dos usuários referentes aos seus direitos é uma forma de garantir o direito à convivência familiar e comunitária.

A garantia da qualidade do atendimento nas instituições está sendo realizada através do processo de individualização do atendimento nas Instituições, como salienta um dos entrevistados:

[...] como aqui hoje estamos com 11 crianças, para quem já chegou ao 60 a gente reduziu bastante o quantitativo de crianças, agente tá tentando individualizar as coisas que a gente antes não conseguia por ser muitas crianças. Então hoje cada criança, tá tentando, né, separar/dividir as roupas, porque antes tudo aqui era coletivo. Então a gente conseguiu um armário separado por nome, as cuidadoras pegaram a quantidade de roupas que tem aqui dividiu/ separou para cada criança um quantitativo de roupa e anotou na entiquetazinha o nome da criança para facilitar o pessoal da limpeza que lava a roupa. Então, a questão da individualização das roupas dos objetos dos brinquedos, hoje cada criança tem seu armário com o nome que antes não tinha[...] (Entrevistado A.S. 1)

A individualização colabora para que os acolhidos preservem sua individualidade e sua história, como é determinado no documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (2009):

o atendimento deverá ser oferecido para um pequeno grupo e garantir espaços privados, objetos pessoais e registros, inclusive fotográficos, sobre a história de vida e desenvolvimento de cada criança e adolescente. (BRASIL, 2009, p.21)

Referente ao trabalho de apoio com os cuidadores e processos de capacitação O documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (BRASIL, 2009, 54) determina que o acompanhamento e apoio dos cuidadores devem ser feitos pela equipe técnica, através de “espaços para trocas, nos quais possam compartilhar entre si experiências e angústias decorrentes da atuação, buscando a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento de desafios”. E que esses espaços são fundamentais para que seja realizado o auxílio a esses profissionais e eles tenham sua opinião ouvida, com a finalidade de contribuir para “para uma

construção conjunta de estratégias que colaborem para o desenvolvimento de um ambiente estruturante para a criança e o adolescente”.

Foi ressaltado por um entrevistado que está sendo realizado espaços de debates e discussões com as cuidadoras:

A gente até ta tentando realizar um trabalho com elas, depois do seu projeto [...] a gente vai fazer trabalho com elas e a partir desse projeto a gente vai dar continuidade, fazer reuniões mensais com elas, para trabalhar essas questões, para a gente falar um pouco sobre o dia a dia das crianças, entender e ver o que a gente pode contribuir no trabalho com elas. . (Entrevisto 1)

Como forma de superar o desmembramento de irmãos por conta da divisão por sexo e faixa etária das instituições, é fundamental que seja realizado o reordenamento dos serviços, para que esses atendam crianças e adolescentes de ambos os sexos, de 0 a 18 anos. Esse procedimento colabora para “preservar e fortalecer seus vínculos frateros e de parentesco, o que pode contribuir para a formação de suas identidades, preservação da história de vida e referência familiar” (BRASIL, 2009, 52). O processo de desmembramento de irmãos ocasiona mais danos aos acolhidos, que já sofreram violação de direito por serem afastados do seu seio familiar.

Todo trabalho exercido pelo assistente social nesses espaços de Acolhimento Institucional visará a reintegração familiar, seja na família de origem ou, em casos especial, em família substituta, como forma de garantir o direito à convivência familiar e comunitária, bem como indica a legislação e reforça os entrevistados.

[...] mas o principal papel nosso na Instituição é o trabalho de reinserção social da criança e da família, né?! Porque se uma criança ela termina vindo para uma Instituição de Acolhimento por algum motivo em algum momento ela teve violação de direito. Então a partir do momento que a gente busca a reinserção a gente não vai buscar só a reinserção da criança no contexto familiar, mas a gente vai ter que entender qual foi a violação e porque aquela família naquele momento estava sujeito a violação. Então a gente precisa também fazer a reinserção da família nesse processo. Então, assim, não é um trabalho apenas com a criança e adolescente que está aqui dentro, mas é um trabalho com todo um contexto social de inserção mesmo, tando da criança, tanto do adolescente, quanto da família e muitas vezes da comunidade para aonde essa criança, esse adolescente está retornando. (Entrevistado A. S.1)

[...] o objetivo maior é que a gente tente resolver aquela situação para que essas crianças voltem para o seio familiar, seja na família de origem, ou seja, na família extensa ou algum apadrinhamento. (Entrevistado A.S. 2)

[...] principal papel nosso na Instituição é o trabalho de reinserção social da criança e da família (Entrevistado A. S. 3)

Conclui-se que na visão anterior à 1988 toda a problemática da criança e adolescente em situação de vulnerabilidade social era resolvida com a internação. Com a promulgação da CF/88 e do ECA se estabelece uma nova visão sobre esse assunto. O acolhimento institucional torna-se uma medida protetiva de caráter temporário e excepcional, que visa a reintegração familiar. Entretanto, o que se foi visto na prática é que, apesar do aparato legal que garante o direito à convivência familiar e comunitária, a cultura de institucionalização se mantém presente nos Abrigos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de direitos da criança e do adolescente no Brasil demonstra um grande avanço a partir da promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e do Estatuto da criança e do adolescente. Esses dois marcos legais impulsionaram o debate para a defesa do direito à convivência familiar e comunitária, que resultaram em resoluções como: o Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária em 2006 e o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em 2009.

O referente trabalho teve por objetivo geral compreender os desafios e perspectivas profissionais do Serviço Social nos Abrigos municipais de Aracaju. Em relação às hipóteses estipuladas sobre desafios confirmaram-se : a ausência de articulação da rede socioassistencial gera diversos desafios no cotidiano de trabalho, os profissionais dos Conselhos Tutelares e da rede socioassistencial não possuem capacitação adequada para atender os usuários, a separação de irmãos no processo de acolhimento ainda é uma realidade vivida por crianças e adolescentes e a demora na decisão dos processos judiciais geram longos períodos de institucionalização. Além desses pontos foram levantadas outras problemáticas pelos entrevistados como: estão sendo realizados acolhimentos que não respeitam o direito a excepcionalidade da medida de proteção, evasão de acolhidos por não se adaptarem as instituições, Guia de acolhimento faltando informações importantes dos acolhidos e o trabalho com outros profissionais da Instituição é um desafio presente.

Já relacionado às perspectivas, confirmaram-se todas as hipóteses: os profissionais do Serviço Social garantem o direito à convivência familiar e comunitária através de medidas profissionais para a preservação da provisoriedade do acolhimento institucional e esforços profissionais para que os acolhidos sejam reintegrados de forma segura na sua família de origem ou substituta (em casos excepcionais). Além dos entrevistados destacarem o processo de individualização do atendimento e espaços de debates e discussões com as cuidadoras.

Para garantir a qualidade dos serviços nas instituições de acolhimento é necessário o reordenamento dos serviços no município de Aracaju, a fim de que evitado o desmembramento de irmãos.

Os profissionais que atuam nas políticas públicas devem ter capacitação adequada para que seja possível garantir o protagonismo e a autonomia das famílias e seja evitado futuras violações de direitos. Ou seja, para a garantia do direito da criança e do adolescente seja criado em seu seio familiar, é imprescindível a inserção das famílias em situação de vulnerabilidade social em políticas públicas.

A pesquisa realizada nos Abrigos do município de Aracaju também demonstrou uma realidade que é diferente do que é assegurado na legislação. As crianças e os adolescentes ainda estão sendo acolhidos sem um estudo diagnóstico preciso, perpetuando dessa forma a cultura de institucionalização.

A atuação do Serviço Social em serviços de proteção de alta complexidade requer responsabilidade por se tratar de um meio de garantia proteção integral para indivíduos que se encontram em situação de vínculos familiares e comunitários rompidos, todos os esforços devem ser empreendidos pelos profissionais para que as crianças e os adolescentes retornem para o seu seio familiar de forma segura, garantindo assim o direito que a eles o direito à convivência familiar e comunitária.

Conclui-se que a discussão sobre o tema é crucial para que se possa ampliar as reflexões e discussões, e criar formas de superar as antigas práticas de institucionalização e seja garantido, dessa forma, o direito à convivência familiar e comunitária.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens à Araxá**. 5ed. São Paulo. Cortez. 1995.

BAPTISTA, Myriam Veras. **Um olhar para história. Revista Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação** / [coordenação Myriam Veras Baptista]. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. (Coletânea abrigar; 01).

BRASIL, **Código de Menores**, Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Disponível em :http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm Acesso em: 21/ 11/ 2016

BRASIL, **Código de Menores**, Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm Acesso em: 21/ 11/ 2016

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 21/ 11/ 2016

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. **ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em : 21/ 11/ 2016

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Lei n 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm. Acesso em: 21/ 11/ 2016

BRASIL. **Lei Regulamentadora da Profissão Serviço Social**. Lei nº 8.662,. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília, 7 de junho de 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **NOB/ RH/SUAS**, Brasília, 2007. Disponível em: www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/nob-rh_08-08-2011.pdf/download. Acesso em : 21/ 11/ 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária**. Brasília: CONANDA/ CNAS, 2006.

BRASIL, **Nova Lei da Adoção**. Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**, novembro de 2004. BRASÍLIA. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Junho de 2009.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Texto da resolução de nº109 de 11 de dezembro de 2009

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação do/a Assistente Social na Política de Assistência Social**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, Brasília, 2009.

FALEIROS, Vicente. Infância e processo político no Brasil. In: PILLOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). **A arte de governar crianças**. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano DelNiño/Santa Úrsula/Amais Livraria e Editora, 2009

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**.- 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2006

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da Rede SAC**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Estratégico, 2004.

Prefeitura de Aracaju. **Unidades de atendimento da Assistência Social**. Disponível em:
http://www.aracaju.se.gov.br/assistencia_social_e_cidadania/?act=fixo&materia=unidades_de_atendimento_da_assistencia_social Acesso em: 21/ 11/ 2016

Projeto Profissional, **Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade. Atribuições Privativas do(a) Assistente Social Em questão**. Brasília: CFESS, 2002. Edição ampliada 2012

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 2. ed. rev. São Paulo, SP: Cortez, 2008

RIZZINI, Irene (Coord.). **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007. Brasília, DF: UNICEF, Rio de Janeiro, RJ: PUC-Rio

RIZZINI, Irene. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: **A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais e da assistência à infância no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, I. & RIZZINI, I. . **A Institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios presentes**. Rio de Janeiro: PUC. . 2004.

SILVA, E. R. Andrade. **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

APÊNDICE

Apêndice A. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa “Serviço Social e a Viabilização do Direito à Convivência Familiar e Comunitária: desafios e perspectivas nos Abrigos Institucionais do município de Aracaju/ SE.”, sob a responsabilidade da pesquisadora Maglliane Aragão Santos, a qual a pesquisa se propõe a analisar a relação do Serviço Social e a viabilização do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de Abrigo. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista. Se você aceitar participar, estará contribuindo para a construção de conhecimento acadêmico da profissão. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço (inserir endereço profissional), pelo telefone (79) 99935-4788, ou poderá entrar em contato com a Universidade Federal de Sergipe, pelo endereço: Av. Marechal Rondon, S/n - Jardim Rosa Elze, São Cristóvão - SE, 49100-000, Telefone: (79) 2105-6600.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser.

Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

Data: ____/____/____

Apêndice B.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS ASSISTENTES SOCIAIS.

1. Idade

() até 25 anos

() 26 a 30 anos

() 31 a 35 anos

() mais de 35 anos

() NQR

2. Tempo de formação

() até 5 anos

() 6 a 10 anos

() 11 a 15 anos

() mais de 15 anos

() NQR

3. Formação profissional

() EAD- pública

() EAD-privada

() Presencial- pública

☐ Presencial-Privada

☐ NQR

4. Nível de formação

☐ Graduação

Pós Graduação ☐ stricto sensu ☐ lato sensu

☐ NQR

5. Orientação religiosa

☐ Candomblé

☐ Umbanda

☐ Catolicismo

☐ Espiritismo

☐ Não tem orientação religiosa

☐ NQR

6. Teve capacitação

☐ Sim

☐ Não

☐ NQR

7. Renda pessoal

☐ até 3 salários mínimos

☐ 4 a 6 salários mínimos

☐ 6 a 10 salários mínimos

☐ acima de 10 salários de mínimos

☐ NQR

8. Renda familiar

- ☐ até 3 salários mínimos
- ☐ 4 a 6 salários mínimos
- ☐ 6 a 10 salários mínimos
- ☐ acima de 10 salários de mínimos
- ☐ NQR

9. Tipo de vínculo trabalhista

Concursado ☐ celetista ☐ estatutário

- ☐ Terceirizado
- ☐ Cargo comissionado
- ☐ Contratado

10. Quais as atribuições do assistente social no Abrigo municipal de Aracaju?

11. Quais são os desafios e perspectivas para o Serviço Social na viabilização do direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes em situação de Abrigo?

Apêndice C: Categorização dos dados

CATEGORIA/ATRIBUIÇÕES	TEXTO
Trabalho com outros profissionais da Instituição	<p>“Sobre as atribuições, a questão do planejamento, planejar ações, né, visualizar o que deve ser feito, de orientação mesmo, com a equipe, né. Que a gente trabalha com vários profissionais que não tem o nível de escolaridade de técnico. Então a gente muitas coisas a gente tem que trabalhar com eles, ne. Muitas vezes temos que explicar porque algumas coisas não podem ser repassadas devido a questão do sigilo profissional. “(Entrevistado A.S. 1)</p> <p>“E temos também a parceria, parceria vamos dizer, colaboradores daqui. Temos educadores, temos apoios, tem a coordenação, tem oficial administrativo[...]” (Entrevistado A.S. 2)</p>
Acompanhamento do acolhido e de sua família de origem	<p>“o assistente social trabalha com tudo isso, ele verifica as demandas, acompanha a família da criança e do adolescente, acompanha a criança também” (Entrevistado A.S. 2)</p> <p>“a gente precisa trabalhar com família, ver quais são as limitações, quais são as possibilidades que aquela família tem e aí junto com a família tentar desenvolver um trabalho que fala essa criança saia o mais rápido possível da situação de acolhimento.” (Entrevistado A.S. 3)</p>
Atendimentos sociais e psicossociais, Visitas domiciliares e institucionais, estudo de caso, elaboração de relatório	<p>“Assim que a criança e o adolescente chega a gente junto com a psicóloga faz o estudo psicossocial, estudo do caso, e verificamos e detectamos a priori que tem que ser tentado realizar” ” (Entrevistado A.S. 2)</p> <p>“a gente realiza muitos atendimentos sociais, atendimento psicossociais, realizamos visitas domiciliares, visitas institucionais, muitos contatos com a rede” (Entrevistado A.S. 2)</p> <p>“Realiza relatórios, PIAS, entra em contato com o Conselho tutelar e aí fazemos visitas domiciliares e institucionais.” ” (Entrevistado A.S. 3)</p> <p>“... o trabalho de visitas domiciliares, atividades com as meninas, atendimentos individuais ou familiares, ou atendimentos coletivos quando é necessário, quando se faz necessário, elaboração de relatório para o Judiciário.” (Entrevistado A.S. 1)</p>

Trabalho com a rede	<p>“A gente utiliza a rede, a gente entre em contato com o CRAS, o CREAS dependendo do caso, com a unidade de saúde, com o CAPS, para que as crianças saiam daqui tem que mobilizar a rede, independentemente da situação tentar para que essa criança fique o menor tempo possível.” (Entrevistado A.S. 3)</p>
Participação de audiências concentradas e pontuais	<p>“Participamos de audiências, somos convocados/ intimadas. O oficial de Justiça vem e intima para participar de audiências concentradas também que é a cada seis meses e que é para avaliar a situação dos meninos, se vai ser reinserido ou não, no seio familiar, seja de origem, ou seja, substituta.” (Entrevistado A.S. 2)</p> <p>“[...] a gente participa das audiências concentradas, audiências pontuais que no decorrer objetivando a saída da criança de forma segura...” (Entrevistado A.S. 3)</p>
Elaboração de PIA	<p>“Realizamos PIA que é o Plano Individual de Atendimento de cada criança, de cada adolescente onde a gente vai tentar junto com a criança, junto com o adolescente avaliar e planejar como vai ser essa permanência dele na Instituição, o que tem de demanda para ser realizada, a ser planejada também” (Entrevistado A.S. 2)</p>
CATEGORIA/DESAFIOS	TEXTO
Trabalho com outros profissionais	<p>“...questão das cuidadoras aqui, porque muitas vezes as cuidadoras que vem para cá não tem perfil para ta aqui. Então é um trabalho continuado de mostrar qual o papel na Instituição, que elas também são responsáveis com a criança, com relação aos cuidados, com a relação à aprendizagem” (Entrevistado A.S. 3)</p>
Desinteresse da família de origem pelo acolhido	<p>“ os desafios na convivência familiar é quando algum familiar não tem interesse mais naquela criança e no adolescente, isso não acontece muito com criança, acontece mais com adolescente” ” (Entrevistado A.S. 2)</p> <p>“ E aí é o desafio, o trabalho do assistente social juntamente com o psicólogo buscar outro membro da família” (Entrevistado A.S. 2)</p>

Evasão	<p>“...enquanto isso o adolescente fica no Abrigo, vai ficando, vai ficando, ficando e muitos deles as vezes evadem. Evadem no sentido de fugir mesmo, foge. Porque as vezes a gente recebe a criança e o adolescente, criança não mais o adolescentes, e ele não se adequa porque aqui no Abrigo tem regras, tem normas como qualquer casa, você tem hora para chegar da rua, você não pode sair desacompanhado...” (Entrevistado A.S. 2)</p>
Acolhimento sem real necessidade	<p>“... O que acontece, alguns abrigamentos são realizados de forma, vamos dizer assim, não errada mas eu acredito que seja distorcida no entendimento, em sentido de que no ECA tem lá no estatuto que o Abrigamento tem que ser em último caso...” “ Mas existem casos que a gente percebe que esse papel de buscar familiares seja na família de origem, seja na família extensa, não é feito pelos conselhos tutelares de Aracaju, não vou dizer que são todos, mas alguns sim. Aí o que acontece, [o CT] trás logo para o Abrigo, abriga e depois que entra numa instituição de acolhimento para sair demora um pouco, porque tem processo, envolve muita gente.” (Entrevistado A.S. 2)</p>
Articulação com a rede	<p>“E se a gente conseguir fazer com que esse serviço aqui da proteção social básica ele funcione bem, a gente vai diminuir os casos na média complexidade e vamos diminuir a quase inexistência na alta complexidade nos Abrigos”(Entrevistado A.S. 1)</p> <p>“A rede ainda é muito frágil, às vezes a gente encaminha e não consegue, é todo um trabalho. Então, um dos desafios é a articulação com a rede. A gente tenta realizar um trabalho de articulação, mas muitas vezes a rede ainda é muito frágil.” (Entrevistado A.S. 3)</p>
Demora no processo de destituição familiar	<p>“Outra coisa é a demora no processo de destituição, que demora muito. Essa é uma grande dificuldade com relação a adoção. Às vezes a criança chega aqui bebê e a gente já de cara visualiza que não tem possibilidade. A gente tenta buscar a família e já vê logo de cara que não tem possibilidade. A família não quer ou abandonou, ou até a família nunca nem apareceu aqui. Então o processo de destituição poderia ser mais rápido e a criança ser adotada logo. Porque quanto maior ela fica, mais diminuem as chances de adoção. Esse é um desafio, a demora do Juizado.” (Entrevistado A.S. 3)</p>
Falta de informações na Guia de	<p>“Uma das dificuldades é a questão das informações das crianças por aqui. Por exemplo, uma criança</p>

acolhimento	chega com nada, Então às vezes o Conselho Tutelar ele trás a criança e não dá um retorno, a gente tem que ta correndo atrás. Por exemplo, toda criança tem que entrar com a Guia de Acolhimento, mas a Guia de Acolhimento, mas acaba sendo algo burocrático mesmo, porque não trás nenhuma informação, não trás nem endereço. Então a gente tem que ta buscando, correndo atrás para ver se agente consegue entender o motivo real que ocasionou o acolhimento. Muitas das vezes que vem com a Guia vem falando só situação de risco e situação de risco poder ser diversas coisas. Então a gente tem que ir buscar.” (Entrevistado A.S. 3)
CATEGORIA/PERSPECTIVAS	TEXTO
Reuniões com os profissionais do Juizado	“ A gente tem até ta tentando fazer reuniões, ir lá, cobrar pessoalmente. Que a gente manda o PIAs, manda os relatórios e as vezes como são muitos processos a cada demorando e a gente vê, a gente percebe que indo lá, conversando com Defensora, com a Promotora, agiliza. Então a gente ta tentando criar uma rotina de ir lá, conversar dos casos pessoalmente, para ver se agiliza a saída das crianças.” (Entrevistado A.S. 3)
Individualização do atendimento	“[...] mas se for seguir o que diz o Guia, que é para ser de 0 a 17 e ser misto né feminino e masculino como aqui hoje estamos com 11 crianças para quem já chegou ao 60 a gente reduziu bastante o quantitativo de crianças e agente ta tentando individualizar as coisas que a gente antes não conseguia por ser muitas crianças então hoje é cada criança ta tentando né separar dividir as roupas, porque antes tudo aqui era coletivo é então a gente conseguiu um armário separado por nome as cuidadoras pegou a quantidade de roupas que tem aqui dividiu separou para cada criança um quantitativo de roupa e anotou na etiquetazinha o nome da criança para facilitar o pessoal da limpeza que lava a roupa então a questão da individualização das roupas dos objetos dos brinquedos então hoje cada criança tem seu armário com o nome que antes não tinha...” (Entrevistado A.S. 3)

Reinserção familiar	<p>“nosso trabalho todo é voltado para reinserção familiar” (Entrevistado A.S.3)</p> <p>“a gente tente resolver aquela situação para que essas crianças voltem para o seio familiar, seja na família de origem, ou seja, na família extensa ou algum apadrinhamento” (Entrevistado A.S.2)</p> <p>“principal papel nosso na Instituição é o trabalho de reinserção social da criança e da família” (Entrevistado A.S.1)</p>
---------------------	--